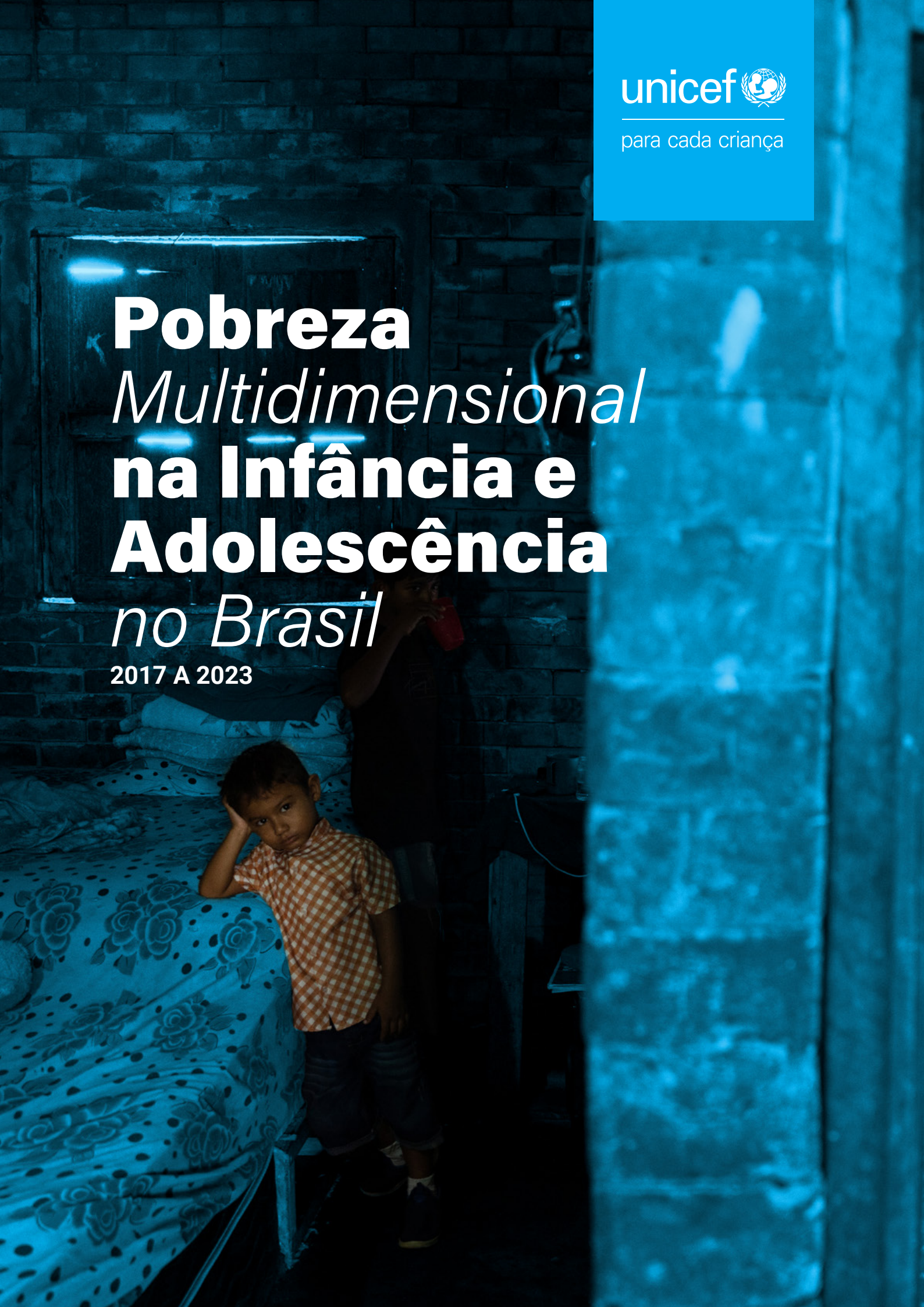


Pobreza *Multidimensional* **na Infância e** **Adolescência** *no Brasil*

2017 A 2023



Pobreza
Multidimensional
na Infância e
Adolescência
no Brasil
2017 A 2023

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Youssef Abdel-Jelil – *Representante do UNICEF no Brasil*

Liliana Chopitea – *Chefe de Políticas Sociais do UNICEF no Brasil*

Sonia Yeo – *Chefe de Comunicação e Advocacy do UNICEF no Brasil*

NÚCLEO EDITORIAL

Santiago Varela – *Especialista em Políticas Sociais do UNICEF no Brasil*

Willian Wives – *Oficial de Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil*

Emanuel Antunes Ferreira – *Especialista em Dados e Economia do UNICEF no Brasil*

Elisa Meirelles Reis – *Especialista em Comunicação do UNICEF no Brasil*

Aline Tavares – *Oficial de Comunicação do UNICEF no Brasil*

PESQUISA

Daniel Vasconcellos Archer Duque – *Pesquisador*

Projeto gráfico, capa e diagramação – Jamil Ghani

Foto de capa – ©UNICEF/BRZ/Erico Hiller

unicef.org.br

facebook.com/unicefbrasil

twitter.com/unicefbrasil

Instagram.com/unicefbrasil

Janeiro, 2025

unicef 

para cada criança

Sumário

Introdução	5
Metodologia	8
Resultados	12
Desigualdades regionais	16
Resultado por dimensão	21
Efeitos do Bolsa Família na pobreza infantil multidimensional	34
Insegurança alimentar	37
Conclusão	44
Referências Bibliográficas	46

Introdução

A pobreza na infância e na adolescência tem múltiplas dimensões, que vão além da monetária. É o resultado da interrelação entre privações, exclusões e as diferentes vulnerabilidades a que meninas e meninos estão expostos, e que impactam seu bem-estar. Considerando tais questões, o UNICEF decidiu refletir sobre as dimensões da pobreza, realizando um estudo publicado em 2018, estimando o quantitativo de crianças e adolescentes que tiveram direitos negados, considerados em situação de pobreza multidimensional, utilizando dados de 2015.

Esse relatório foi atualizado em 2023, utilizando dados até 2019 para diversas dimensões; e até 2021, para Educação, Renda e Alimentação¹. Uma nova atualização foi feita também para o ano de 2022,² com todas as dimensões, com exceção daquelas relativas a trabalho infantil. Dando continuidade a tal esforço, e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) Anual, dos anos 2016 a 2023, esta publicação analisa o acesso de crianças e adolescentes a sete direitos básicos: renda, educação, informação, proteção contra o trabalho infantil, água, saneamento e moradia.

Vale notar que este relatório deve ser lido sem buscar comparações com os anteriores, uma vez que traz atualizações metodológicas que o tornam não-comparável com versões precedentes. No entanto, o presente estudo apresenta estimativas para anos anteriores que, estas sim, são comparáveis entre si. As atualizações foram feitas de modo a garantir consistência entre medidas ao longo dos anos, em um cenário de mudanças metodológicas das pesquisas amostrais.

Adicionalmente, utilizando a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), será avaliada uma outra dimensão – a de segurança alimentar –, que é investigada na edição do 4º Trimestre da PNADC Anual. Será avaliada a tendência de longo prazo da situação de segurança alimentar e seu nível mais recente, em 2023, e de que forma esta se relaciona com as demais dimensões.

A ausência de um ou mais desses direitos coloca meninas e meninos em uma situação de “privações múltiplas” – uma vez que os direitos humanos não são divisíveis, devem

1 <https://www.unicef.org/brazil/panorama-da-pobreza-multidimensional-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>

2 <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022>

ser assegurados conjuntamente. Como parte do estudo, foram analisadas também as disparidades no acesso a esses direitos no Brasil, segmentando dados por regiões e subgrupos populacionais, como negros e brancos.

Os resultados mostram que a pobreza multidimensional na infância e na adolescência caiu de 62,5%, em 2017, para 55,9%, em 2023. Tal percentual corresponde a cerca de 28,8 milhões de crianças, do total de 51,5 milhões em 2023. Segundo estimativas do IBGE, esses números mostram que, assim como no período que se seguiu ao momento mais crítico da pandemia (2022), continuou sendo observada em 2023 uma redução das privações registradas nos anos anteriores, ainda que de forma lenta e heterogênea, puxada principalmente pelas dimensões de Informação e Renda.

Chama atenção nesse período a piora na dimensão Educação, especialmente quando relacionada ao analfabetismo. Em 2023, cerca de 30% das crianças entre sete e oito anos de idade não estavam alfabetizadas, em comparação a 14% em 2019. Todos os coortes afetados pela pandemia durante a fase de alfabetização mostram considerável e consistente aumento das taxas de analfabetismo. A privação de estar na escola na idade certa também apresenta piora nos coortes atingidos pela pandemia no início da idade escolar.

Analisando separadamente uma dimensão adicional de Segurança Alimentar, também são encontrados resultados diversos ao da dimensão de Renda. Apesar da expansão das transferências de renda no período posterior à pandemia, registrada em 2023, ainda havia um percentual de crianças e adolescentes em situação de Insegurança Alimentar levemente acima do nível de 2013, apesar da melhora em comparação aos níveis de 2018. Tal diferença se deve principalmente ao grave aumento do preço dos alimentos.

Principais resultados da pesquisa:

- O percentual de crianças e adolescentes privados de algum direito caiu de 62,5%, em 2017, para 59,5%, em 2019, e para 55,9%, em 2023.
- Informação e Renda são as dimensões que mais influenciaram a queda geral do percentual de crianças privadas de algum direito: em 2019, cerca de 10% do conjunto de crianças e adolescentes estavam em privação na dimensão de Informação, caindo para apenas 3,5% em 2023. Na dimensão de Renda, a proporção caiu, no mesmo período, de 25% para 19,1%.
- Entre 2017 e 2019, a proporção de crianças e adolescentes com alguma privação extrema manteve-se estável em torno de 24%, caindo para 18,8% em 2023. As dimensões Renda, Habitação e Saneamento explicam a maior parte da queda – de 12,8% para 8,1%, de 6,1% para 4,6%, e de 7,1% para 6,2%, respectivamente.

- A dimensão Educação mostra cenário mais desafiador, com clara piora no analfabetismo entre 2019 e 2023, especialmente entre jovens negros e crianças na idade certa/prevista para a alfabetização, que foram afetadas pela pandemia e também mostraram agravamento do atraso escolar.
- A expansão do Bolsa Família pode ter contribuído para tirar pelo menos quatro milhões de crianças e adolescentes da pobreza monetária – um número cerca de cinco vezes o estimado em 2019 (800 mil), o último ano antes da expansão do Programa.
- Quando se considera a Insegurança Alimentar, a proporção de crianças e adolescentes com alguma privação aumenta mais de dez pontos percentuais, enquanto o percentual com alguma privação extrema aumenta cerca de três pontos percentuais.
- Nos últimos dez anos, a Insegurança Alimentar aumentou, apesar da redução registrada entre 2018 e 2023.



Metodologia

Além de entender as múltiplas privações a que meninas e meninos estão expostos, é necessário observar a intensidade com que cada privação os afeta. Para tanto, o estudo incluiu uma análise de cada uma das dimensões consideradas, categorizando o que seria uma privação intermediária – com acesso ao direito de maneira limitada ou com má qualidade – e uma privação extrema – sem nenhum acesso ao direito.

O indicador global começa por estabelecer um perfil de privação para cada criança, mostrando em qual dos indicadores ela está sendo privada. Cada uma é identificada como privada ou não privada em cada indicador, com base em um corte de privação (Tabela 1).

Tabela 1: Dimensões da pobreza infantil multidimensional

DIMENSÃO	SEM PRIVAÇÃO	PRIVAÇÃO INTERMEDIÁRIA	PRIVAÇÃO EXTREMA	FONTE
EDUCAÇÃO	Criança em idade escolar (4-17) que frequenta escola sem atraso e sabe ler e escrever a partir dos 7 anos de idade.	Criança 9-17 anos que frequenta escola, mas com atraso.	Criança 4-17 anos que não frequenta um estabelecimento educacional.	PNADC 5ª Entrevista, 2017,18,19,23
		Criança maior de 7 anos não alfabetizada que frequenta um estabelecimento educacional.	Criança maior de 7 anos não alfabetizada que não frequenta um estabelecimento educacional.	PNADC 5ª Entrevista, 2017,18,19,23
INFORMAÇÃO	Criança de 9-17 anos que acessou a internet no último ano.	Criança de 9-17 anos que não teve acesso à internet no último ano em casa, mas tinha uma televisão em casa.	Criança de 9-17 anos que não teve acesso à internet no último ano em casa, nem tinha uma televisão em casa.	PNADC 1ª Entrevista, 2016,17,18,22

DIMENSÃO	SEM PRIVAÇÃO	PRIVAÇÃO INTERMEDIÁRIA	PRIVAÇÃO EXTREMA	FONTE
TRABALHO INFANTIL	Criança 5-9 anos que não trabalhou ou realizou tarefas domésticas por até nove horas na semana de referência.	Criança 5-9 que realizou tarefas domésticas por entre 10 e 20 horas durante semana de referência.	Criança de 5-9 anos que trabalhou ou realizou tarefas domésticas por mais de 20 horas durante a semana de referência.	PNADC 5ª Entrevista, 2017,18,19,23
	Criança de 10-13 anos que não trabalhou ou realizou tarefas domésticas por mais de 14 horas na semana de referência.	Criança de 10-13 anos que trabalhou por até 14 horas ou realizou tarefas domésticas entre 15 e 20 horas durante a semana de referência.	Criança de 10-13 anos que trabalhou por mais de 14 horas ou realizou tarefas domésticas por mais de 20 horas durante a semana de referência.	PNADC 5ª Entrevista, 2017,18,19,23
	Criança de 14-17 anos que trabalha por até 20 horas.	Criança de 14-17 anos que trabalhou por entre 21 e 30 horas durante a semana de referência.	Criança de 14-17 anos que trabalhou por mais de 30 horas por mais na semana de referência.	PNADC 5ª Entrevista, 2017,18,19,23
MORADIA	Criança de 0-17 anos que reside com três pessoas ou menos por dormitório, em moradia com tetos e paredes de material adequado.	Criança de 0-17 anos que reside com até quatro pessoas por dormitório, ou em moradia cujas paredes e teto são de material inadequado (ex., madeira aproveitada).	Criança de 0-17 que reside com mais de quatro pessoas por dormitório, ou em moradia cujas paredes e teto são de material inadequado (ex. madeira aproveitada).	PNADC 1ª Entrevista, 2016,17,18 ,22
ÁGUA	Criança de 0-17 anos que reside em moradia com água procedente de fonte segura.	Criança de 0-17 anos que reside em moradia com água canalizada somente no terreno/na área externa da propriedade.	Criança de 0-17 anos que reside em moradia que não recebe água canalizada.	PNADC 1ª Entrevista, 2016,17,18 ,22
SANEAMENTO	Criança de 0-17 anos que reside em moradia com banheiro de uso exclusivo, e fossa séptica ou descarga na rede coletora ou pluvial.	Criança de 0-17 anos que reside em moradia com banheiro compartilhado com pessoas de fora do domicílio ou com fossa rudimentar.	Criança de 0-17 anos que reside em moradia sem banheiro ou com vala a céu aberto.	PNADC 1ª Entrevista, 2016,17,18 ,22

DIMENSÃO	SEM PRIVAÇÃO	PRIVAÇÃO INTERMEDIÁRIA	PRIVAÇÃO EXTREMA	FONTE
RENDA	Criança de 0-17 anos que reside em moradia com família cuja renda está acima da linha de pobreza monetária. ³	Criança de 0-17 anos que reside em moradia com família cuja renda está abaixo da linha de pobreza monetária.	Criança de 0-17 anos que reside em moradia com família cuja renda familiar está abaixo da linha de pobreza monetária extrema. ⁴	PNADC 5ª Entrevista, 2017,18,19,23
SEGURANÇA ALIMENTAR	Criança de 0-17 anos que reside em moradia em situação de segurança alimentar.	Criança de 0-17 anos que reside em moradia em situação de insegurança alimentar leve ou moderada.	Criança de 0-17 anos que reside em moradia em situação de insegurança alimentar grave.	POF 2017/18 e PNADC 4º Trimestre, 2023

Tal como ocorrido em outras análises sobre o tema, a seleção das variáveis para as dimensões é fortemente determinada pela fonte dos dados. Nem todas as dimensões que se pretende investigar têm informações coletadas pela PNADC, como Saúde. Ao final, a inclusão das dimensões na PNADC aproxima a metodologia daquela adotada pelo UNICEF (2023), com mudanças apenas nas categorizações de Pobreza, com adoção das linhas do Banco Mundial, e mudança na terceira privação da dimensão Trabalho Infantil, que excluiu trabalho doméstico para adolescentes entre 14 e 17 anos, uma vez que essa variável não se encontra na PNAD Contínua mais recente. Vale notar que essa exclusão impede a mensuração do percentual de adolescentes em horas excessivas em trabalhos domésticos, o que afeta particularmente meninas nessa faixa etária.

Para a análise das dimensões relacionadas aos domicílios (Informação, Moradia, Água e Saneamento), este trabalho combinará a primeira entrevista da PNADC, em que há tais informações, com a quinta, que tem exclusivamente dados de Trabalho Infantil, enquanto as variáveis relacionadas a Renda e Educação são encontradas em ambas. Para garantir que os domicílios considerados nas duas coletas estejam sendo ocupados pelas mesmas famílias, serão considerados apenas aqueles em que há pelo menos um indivíduo com a mesma data de nascimento nas duas entrevistas. A Tabela 02 mostra a proporção do atrito com essa restrição.

3 R\$355 mensais por pessoa, a preços médios de 2023

4 R\$209 mensais por pessoa, a preços médios de 2023

Tabela 02 | Atrito entre 1ª e 5ª entrevistas

Nº DE DOM TOTAL NA 5ª ENTREVISTA	Nº DE DOM UTILIZADOS NO TRABALHO	PERCENTUAL	ANOS (1ª E 5ª ENTREVISTAS)
61.421	58.031	94,5%	2016-2017
60.338	57.160	94,7%	2017-2018
60.247	56.801	94,3%	2018-2019
48.864	43.438	88,9%	2022-2023

Fonte: PNADC Anual

Tendo em vista tal atrito, entre 89% e 95%, admite-se que a amostra menor não enviesasse nossas estimativas – ou seja, admite-se que as médias da parte da amostra que se manteve eram próximas às daquela que foi excluída. Como se vê na Tabela acima, os resultados são semelhantes, independentemente da amostra utilizada.

A PNAD Contínua contém informações sociodemográficas das famílias, incluindo Educação, Moradia e Renda. Já a POF é uma pesquisa realizada em períodos irregulares, entre a segunda metade de um ano e a primeira metade do outro, com informações de consumo e alimentação, além de outras informações sociodemográficas comuns à PNADC.

Considerando que as privações são dependentes da faixa etária, nesta pesquisa serão apresentados resultados para todos os grupos: (i) para todas as crianças, em que aquelas fora da faixa de uma privação específica serão consideradas não afetadas; e (ii) para aquelas com idade entre 9 e 17 anos, faixa para as quais todas as dimensões são aplicáveis.



Resultados

Os Gráficos 01 e 02 a seguir mostram o percentual de Pobreza Multidimensional para crianças de 0 a 17 anos de idade e para o grupo de nove a 17 anos de idade com alguma privação. Os resultados são mostrados para a PNADC de 2017 a 2019, e então 2023.

Gráfico 01

Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com alguma privação

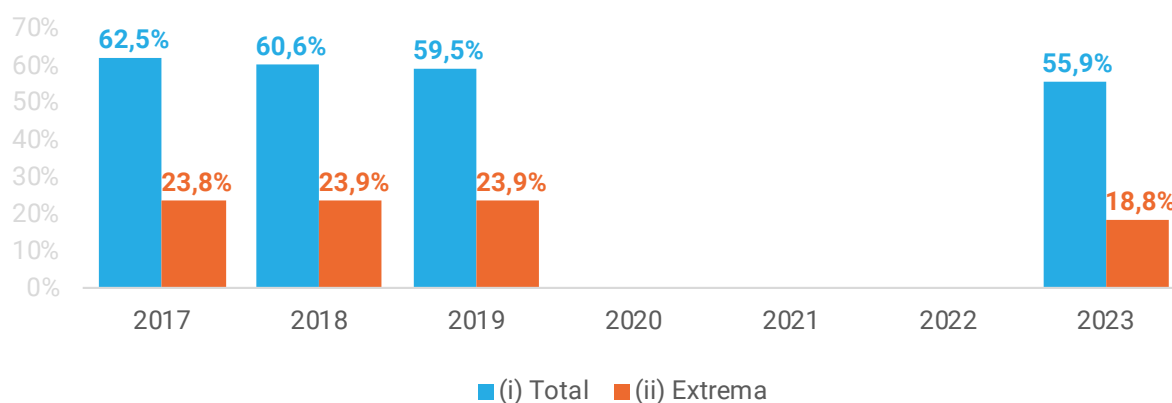
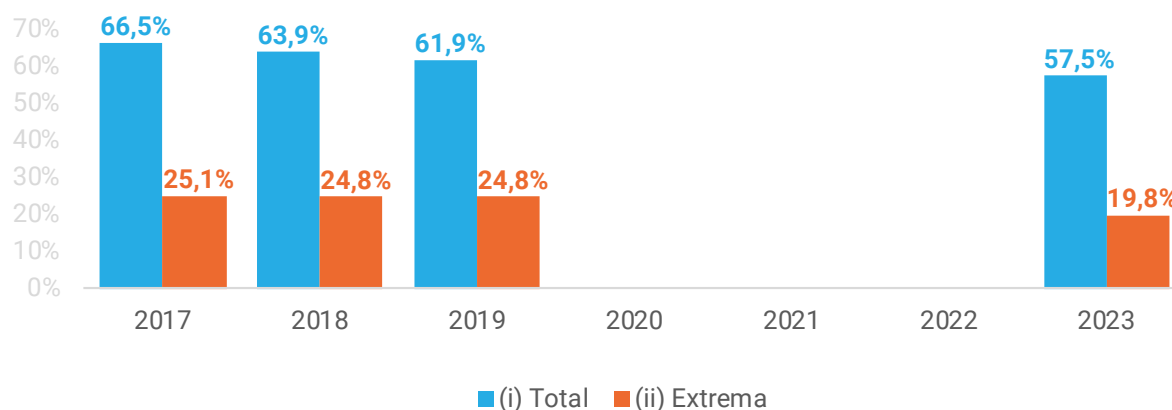


Gráfico 02

Crianças e adolescentes de 9 a 17 anos com alguma privação



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

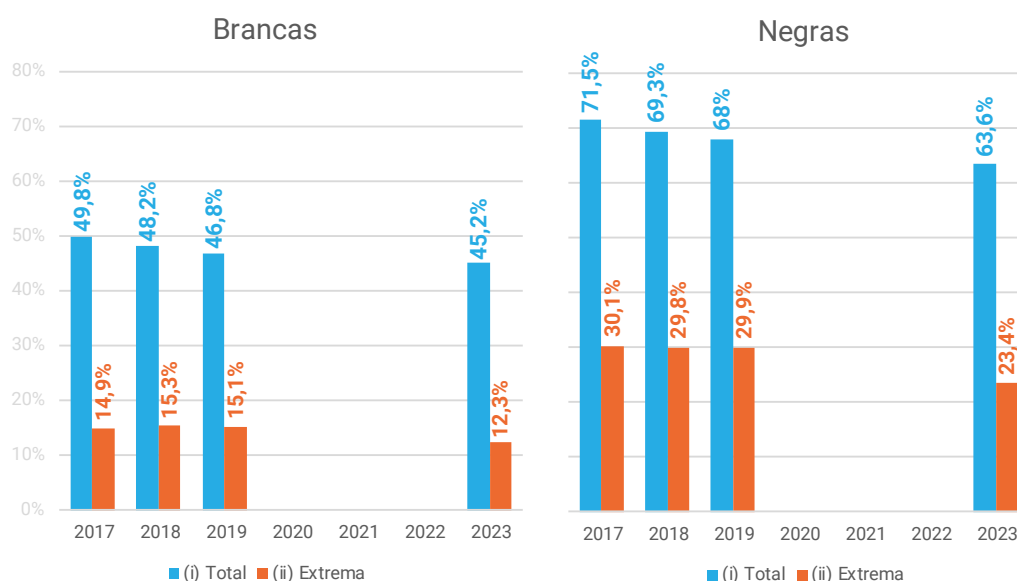
Os resultados mostram que, entre 2017 e 2019, o percentual de crianças e adolescentes de zero a 17 anos de idade com alguma privação caiu lentamente – de 62,5% para 59,5% –, enquanto aqueles de nove a 17 anos de idade tiveram uma queda relativamente mais rápida – de 66,5% para 61,9%. Em 2023, no entanto, as reduções tiveram ritmo semelhante, com crianças e adolescentes de zero a 17 anos de idade registrando queda para 55,9% (diferença de 3,6 pontos percentuais), enquanto para aqueles de faixa etária mais alta o percentual caiu para 57,5% (diferença de 3,4 pontos percentuais). Vale notar que a redução média do período pré-pandemia ficou abaixo de um ponto percentual por ano em relação ao período anterior.

Em relação a privações extremas, no período mais recente o cenário é relativamente mais positivo. Entre 2017 e 2019, o percentual de crianças e adolescentes permaneceu praticamente inalterado para ambas as faixas etárias. E entre 2019 e 2023, a taxa de privação extrema caiu de 23,9% para 18,8% para a faixa etária ampla (0 a 17 anos), enquanto para a faixa etária mais restrita (nove a 17 anos) esse percentual caiu de 24,8% para 19,8%.

O Gráfico 03 a seguir exibe o percentual de crianças e adolescentes que enfrentam privações, divididos por cor ou raça (brancas e negras), de 2017 a 2023. Para crianças brancas, observa-se uma tendência de redução na incidência de privações totais ao longo dos anos, iniciando com 49,8%, em 2017, e decrescendo para 45,2%, em 2023. A taxa de privações extremas para este grupo também diminuiu, partindo de 14,9%, em 2017, para 12,3%, em 2023. Este declínio indica uma melhora nas condições enfrentadas por crianças e adolescentes de raça branca ao longo do período analisado.

Gráfico 03

Crianças e adolescentes com alguma privação, por cor/raça

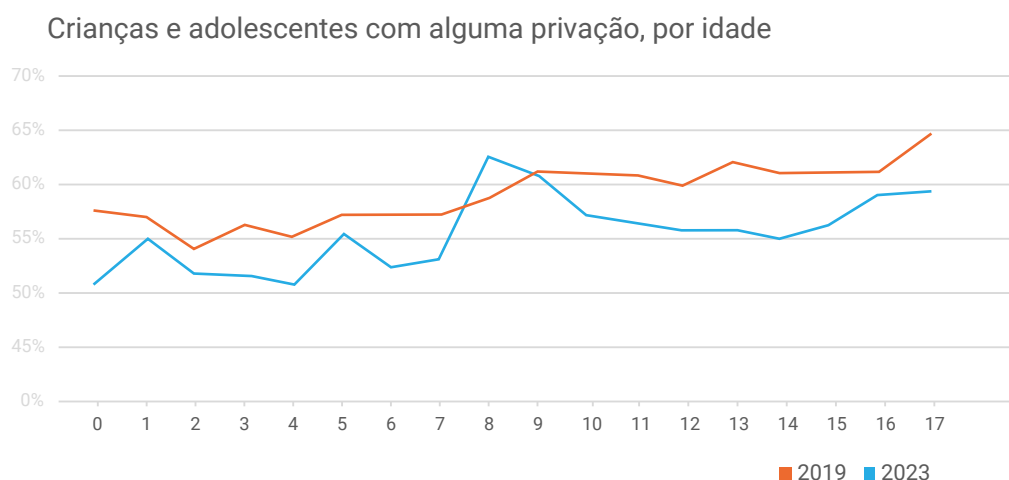


Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

Por outro lado, para crianças e adolescentes negros, as taxas de privação total apresentaram uma leve redução inicial, começando em 71,5%, em 2017, e alcançando 68%, em 2019, seguindo-se uma redução considerável para 63,6%, em 2023. As taxas de privação extrema para esse grupo começaram em 30,1%, em 2017, flutuaram levemente e fecharam em 23,4%, em 2023. Embora haja também uma tendência de redução, as taxas para crianças e adolescentes de raça negra permanecem consistentemente mais altas em comparação com crianças e adolescentes de raça branca, destacando disparidades raciais significativas no que diz respeito às condições de vida e acesso a recursos essenciais.

O Gráfico 04 a seguir compara o percentual de crianças e adolescentes afetados por pelo menos uma privação, distribuídos por idade, nos anos de 2019 e 2023. Em 2019, a porcentagem varia de forma considerável através das idades, começando em cerca de 55%, ao nascimento, e exibindo oscilação significativa, que atinge um nível em torno de 60% por volta dos oito anos. Após essa idade, o percentual aumenta até cerca de 65% aos 17 anos.

Gráfico 04



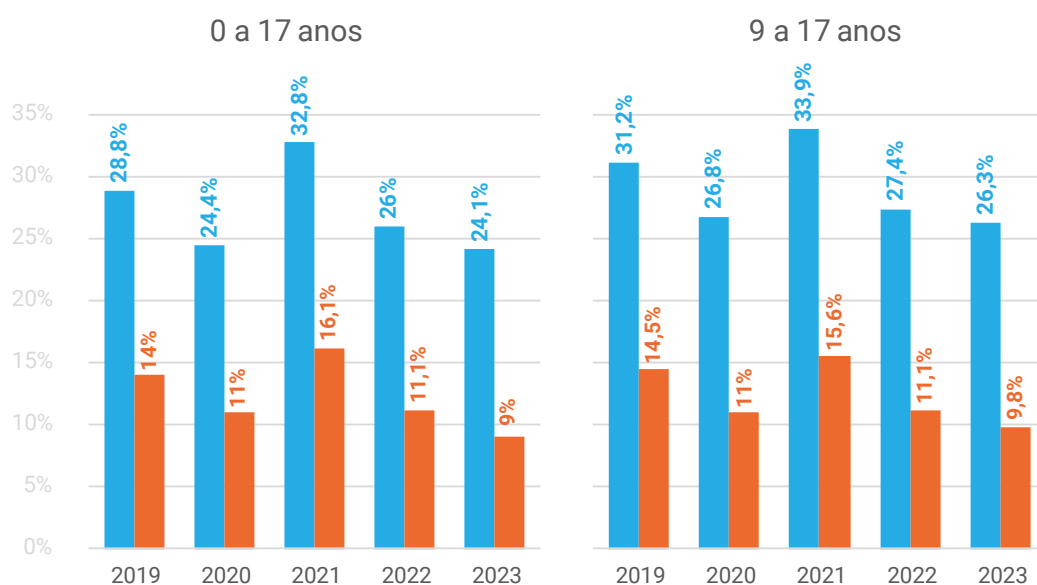
Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

Comparativamente, de maneira geral, verifica-se para 2023 uma tendência mais estável e inferior à de 2019. O percentual começa em torno de 50%, próximo ao nascimento; aumenta gradualmente, até registrar um aumento acentuado até 60%, aos 8 anos – um nível mais alto do que em 2019 –, caindo significativamente até cerca de 55%, aos 11 anos. Aumenta novamente para quase 60%, aos 17 anos. Essa tendência sugere possíveis melhoras nas condições que levam a privações ao longo dos anos, especialmente em faixas etárias mais jovens.

O Gráfico 05 a seguir mostra o percentual de crianças e adolescentes que enfrentam algum tipo de privação nas dimensões Educação ou Renda, divididos em dois grupos etários: de zero a 17 anos e de nove a 17 anos. Restringimos as dimensões a essas duas, uma vez que são as únicas que podem ser calculadas todos os anos. Esta análise contínua das privações em Educação e Renda nos anos 2020, 2021 e 2022 permite avaliar o impacto que políticas públicas e mudanças econômicas exerceram sobre as condições de vida de crianças e adolescentes nesses anos críticos de pandemia.

Gráfico 05

Crianças e adolescentes com alguma privação de educação ou renda



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 5ª Entrevista

Ao longo do período de 2019 a 2023, observa-se uma flutuação nos percentuais de privação total e extrema, com diminuição significativa após 2021, retornando a patamares semelhantes aos de 2020. Inicialmente, em 2019, 28,8% do grupo de crianças e adolescentes de zero a 17 anos enfrentavam alguma das privações, uma proporção que cresceu para 32,8%, em 2021, e diminuiu para 24,1% em 2023. No mesmo período, a privação extrema também caiu – de 14% para 9%. Esta redução gradual sugere melhora nas condições de acesso à educação e nos recursos financeiros para esse grupo.

Para o grupo de 9 a 17 anos, os dados também mostram uma tendência de declínio. É importante notar que, apesar da melhora, as taxas de privação entre os adolescentes mais velhos permanecem relativamente mais altas em comparação com o grupo mais jovem, mantendo-se em mais de 25% da população dessa faixa etária (e quase 10% quando consideradas privações extremas).

Desigualdades regionais

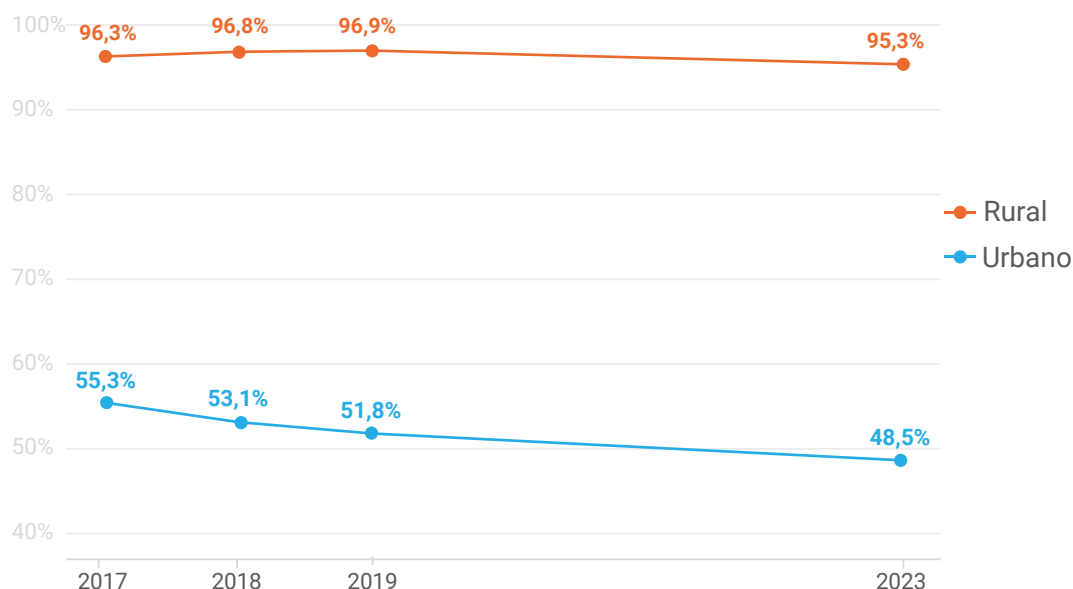
Para além dos números nacionais, é importante explorar também as diferenças regionais e geográficas em relação às privações enfrentadas por crianças e adolescentes. As variações significativas entre áreas urbanas e rurais são apenas um exemplo das disparidades que podem existir dentro de um país. A compreensão dessas diferenças pode revelar padrões específicos de privação em diferentes regiões, influenciados por fatores econômicos, sociais e de infraestrutura.

O Gráfico 06 a seguir apresenta uma comparação do percentual de crianças e adolescentes com alguma forma de privação, seja total ou extrema, divididos por área de residência (urbana ou rural), de 2017 a 2023. Observa-se que crianças e adolescentes que residem em áreas rurais enfrentam consistentemente níveis muito altos de privação ao longo do período analisado, com percentuais variando ligeiramente acima de 95% em todos os anos pesquisados. Em 2023, a taxa de privação em áreas rurais apresenta uma pequena redução, caindo para 95,3%, após ter atingido 96,9%, em 2019. Esta alta prevalência reflete as dificuldades contínuas enfrentadas por crianças e adolescentes em áreas rurais, onde o acesso a serviços básicos, educação e infraestrutura é frequentemente limitado.



Gráfico 06

Crianças e adolescentes com alguma privação, por área



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

Por outro lado, nas áreas urbanas, o percentual de crianças e adolescentes com alguma privação mostra uma tendência de redução mais acentuada, caindo de 55,3%, em 2017, para 48,5%, em 2023. Esta diminuição indica uma melhoria gradual nas condições de vida em áreas urbanas – possivelmente por ser mais fácil o acesso nessas regiões, nas quais serviços e programas sociais estão mais concentrados. A diferença significativa entre áreas rurais e urbanas sublinha a disparidade no desenvolvimento de infraestrutura e no acesso a recursos. Para reduzir esse aspecto da privação, fica evidente a necessidade de políticas específicas que abordem as necessidades particulares de crianças e adolescentes em comunidades rurais.

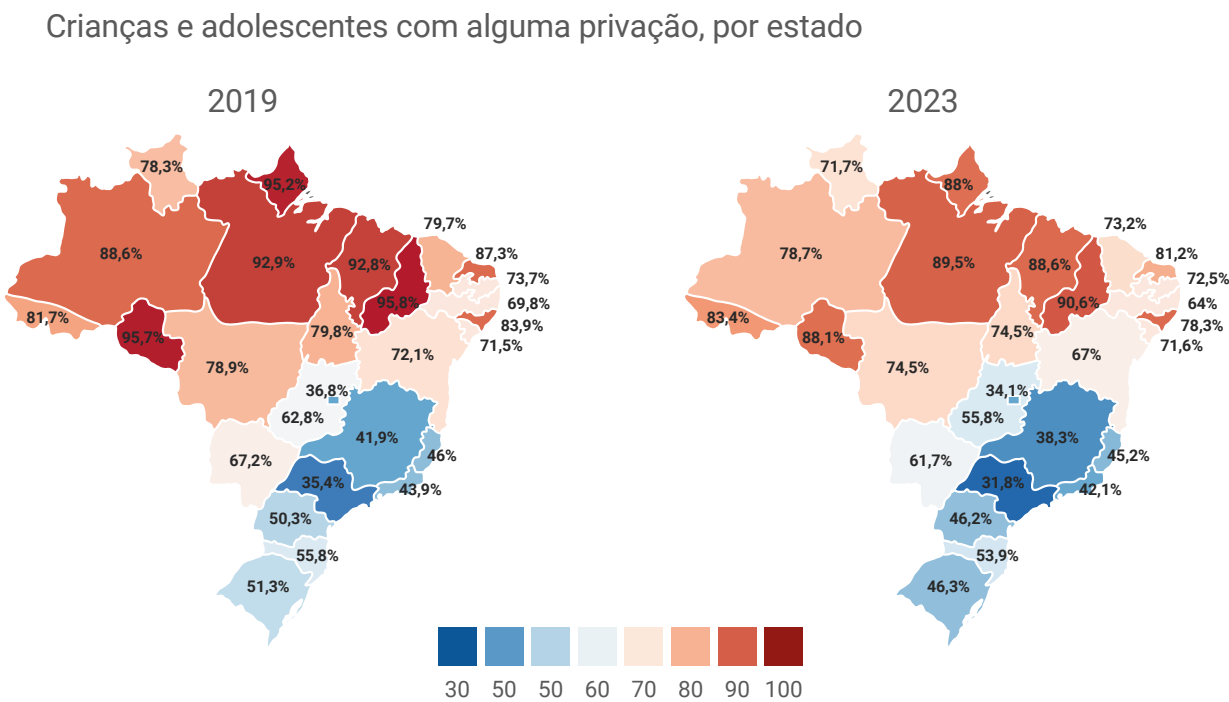
A **Tabela 03** a seguir mostra que, embora nas áreas rurais seja significativamente mais alto o número de crianças e adolescentes com alguma privação em todas as dimensões, tem maior relevância o aspecto do Saneamento. Enquanto em áreas urbanas o percentual com alguma privação em Saneamento aproxima-se de 28%, no caso de áreas rurais esse percentual é de quase 92%. Uma diferença importante é observada também na dimensão Renda (16,1% e 35,4% entre áreas urbanas e rurais).

Tabela 03 | Percentual de crianças e adolescentes com alguma privação por dimensão, áreas urbanas e rurais (2023)

	EDUCAÇÃO	INFORMAÇÃO	TRABALHO	MORADIA	ACESSO A ÁGUA	SANEAMENTO	RENDA
Urbano	7,1%	2,2%	2,9%	10,8%	2,4%	27,9%	16,1%
Rural	11,6%	10,5%	6,3%	13,2%	21,2%	91,8%	35,4%

Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual 1ª e 5ª Entrevistas.

O mapa a seguir mostra o percentual de crianças com qualquer privação por Unidade da Federação. Os números apresentados são relativos aos anos 2019 e 2023.

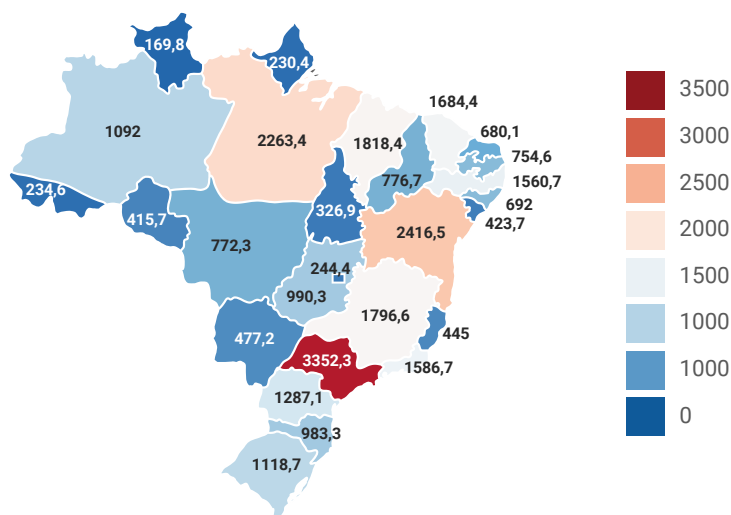


Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

O mapa mostra grande diferença regional relativamente à pobreza multidimensional. Destaca-se que, mesmo em 2023, em seis dos 27 Estados, mais de 80% das crianças estavam privadas de qualquer um de seus direitos fundamentais. Todos esses estados estão nas regiões Norte (Pará, Rondônia, Amapá e Acre) e Nordeste (Maranhão e Piauí). Por outro lado, o percentual de privação das crianças somente fica abaixo de 40% em dois estados do Sudeste e no Distrito Federal.

O mapa a seguir mostra o número absoluto de crianças e adolescentes com alguma privação em 2023. Nessa representação geográfica, o tamanho populacional de cada estado também é relevante: a maioria das crianças e dos adolescentes com alguma privação está em São Paulo, seguindo-se Bahia e Pará.

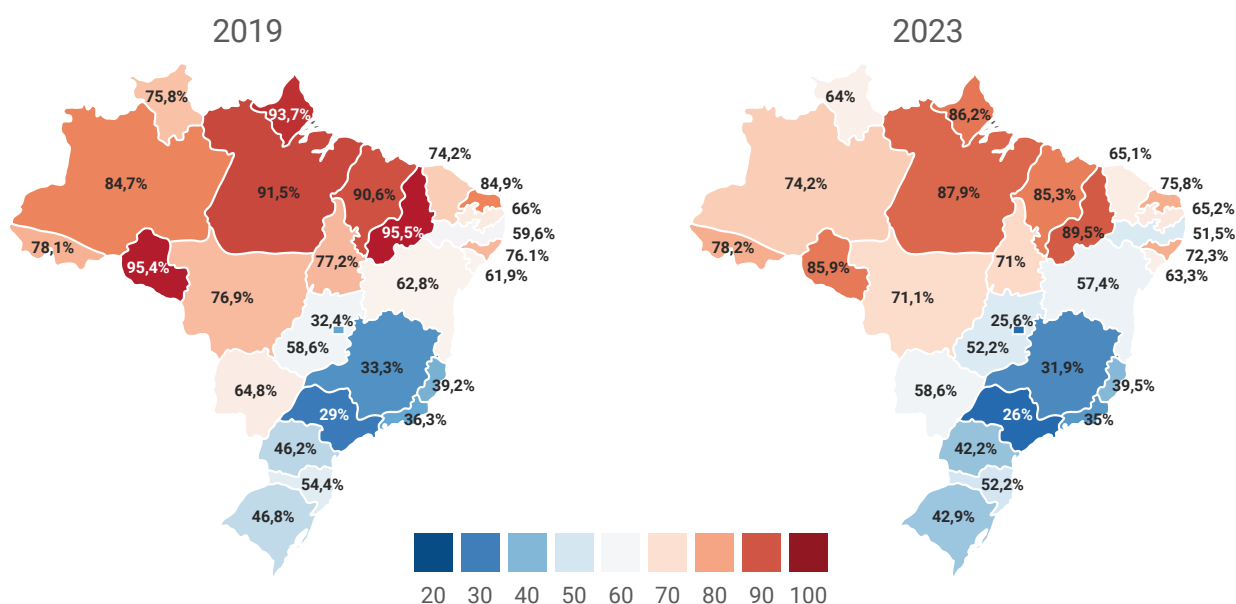
Milhares de crianças e adolescentes com alguma privação (2023)



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

Os mapas a seguir exibem, por Unidade da Federação, o percentual de crianças e adolescentes que enfrentavam algum tipo de privação não monetária em 2019 e 2023. Essa análise exclui a dimensão monetária, que frequentemente apresenta disparidades mais acentuadas, devido às diferenças econômicas relacionadas aos níveis de desenvolvimento de cada região. Ao focar nas privações não monetárias, é possível obter uma visão mais equilibrada das desigualdades sociais e de acesso a serviços, essencial para direcionar políticas públicas mais eficazes em áreas críticas além da renda.

Crianças e adolescentes com alguma privação não monetária



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

Observa-se que, tanto em 2019 quanto em 2023, as taxas de privação ainda variavam consideravelmente entre os estados, com algumas Unidades do Norte e do Nordeste exibindo taxas significativamente elevadas. Em contraste, estados do Sul e do Sudeste apresentam percentuais mais baixos, ainda que em menor grau quando incluída a dimensão Renda. Essas diferenças ressaltam as disparidades regionais em termos de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, e aqueles relacionados a infraestrutura.

Vale destacar que a redução do percentual de crianças e adolescentes com alguma privação ocorre em ritmo mais lento quando se exclui a dimensão Renda, o que se observa especialmente na Região Sudeste. Enquanto a melhora geral na dimensão Renda pode refletir avanços econômicos rápidos, outras dimensões, como Saúde, Educação e Acesso a serviços básicos não acompanham esse mesmo ritmo de progresso. Essa constatação pode ser um indicador de que políticas focadas em renda, embora necessárias, não são suficientes por si só para garantir o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Essa percepção sugere a necessidade de uma abordagem mais abrangente nas políticas públicas, que considere a multidimensionalidade das privações para endereçar eficazmente as necessidades nessas faixas do desenvolvimento em todas as regiões, porém com especial atenção para áreas onde o progresso em dimensões não monetárias é menos perceptível.



Resultado por dimensão

Os Gráficos 07 e 08 apresentam o percentual de crianças e adolescentes de zero a 17 anos que enfrentavam diferentes tipos de privação nos anos 2017, 2019 e 2023, cobrindo todas as dimensões: Educação, Informação, Trabalho infantil, condições de Habitação, acesso a Água, Saneamento e Renda.

Gráfico 07

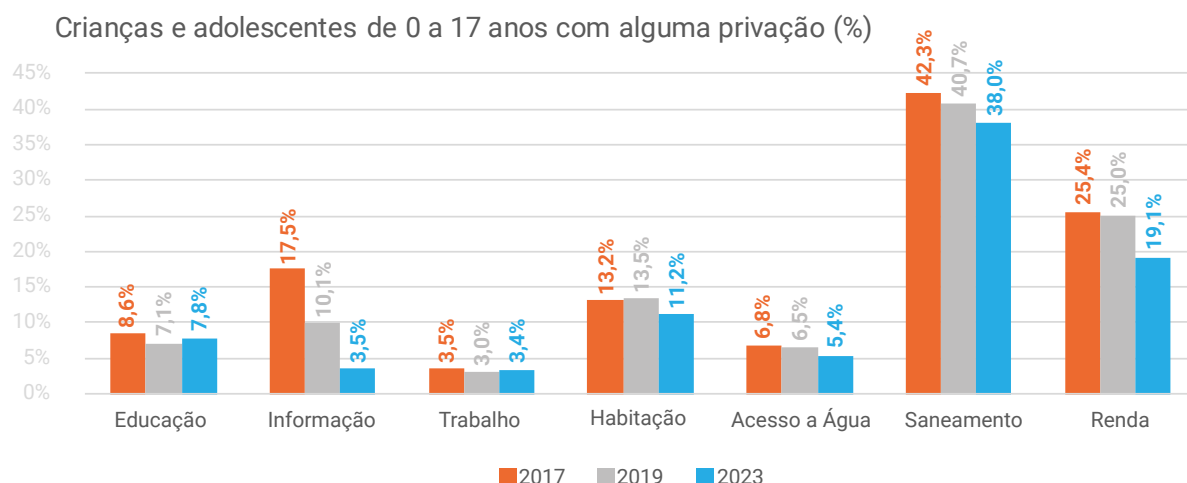
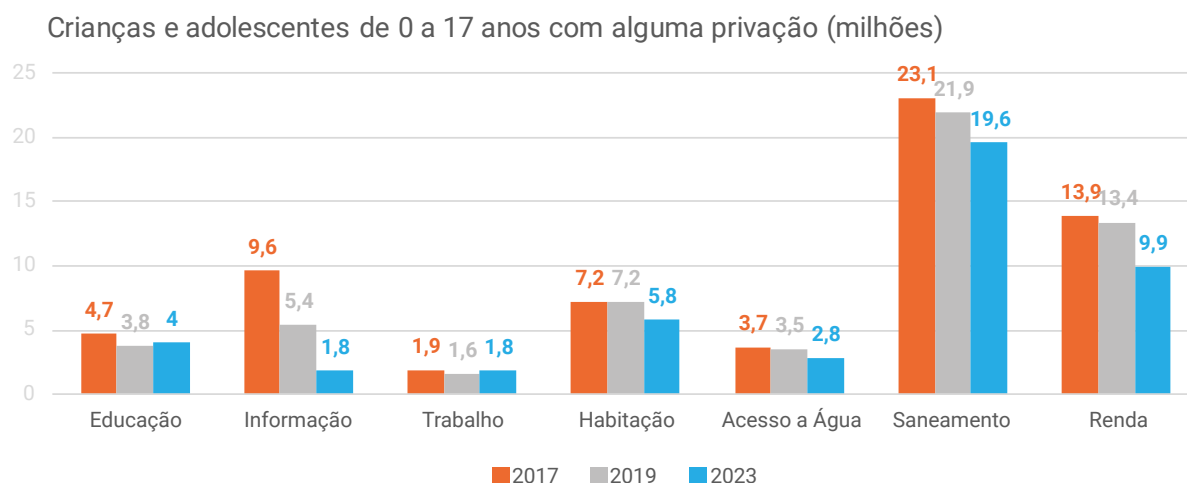


Gráfico 08



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

Notadamente, as dimensões Educação e Trabalho infantil mostram aumento na taxa de privação entre os dois últimos anos analisados, 2019 e 2023. As outras dimensões, como acesso a Água, Habitação e Saneamento, apresentam uma tendência de melhora, ainda que lenta. Por fim, Informação e Renda mostram melhoras notáveis, tendo sido as dimensões que apresentaram as maiores quedas quanto à privação.

A Tabela 04 mostra por dimensão, em percentuais e números absolutos, o resultado de crianças privadas de algum direito.

Tabela 04 | Percentual e número absoluto de crianças com alguma privação, por dimensão

		EDUCAÇÃO (4-17)	INFORMAÇÃO (9-17)	TRABALHO (5-17)	MORADIA (0-17)	ÁGUA (0-17)	SANEAMENTO (0-17)	RENDA (0-17)	TOTAL (0-17)
2017	% total	8.55%	17.54%	3.52%					
	% faixa etária	10.89%	33.79%	4.48%	13.17%	6.84%	42.25%	25.44%	62.5%
	Absoluto	4.670.037	9.577.615	1.921.219	7.192.317	3.738.598	23.078.600	13.897.316	34.365.572
2019	% total	7.15%	10.07%	3.00%					
	% faixa etária	9.12%	19.68%	3.83%	13.49%	6.48%	40.74%	25.03%	59.5%
	Absoluto	3.835.738	5.404.380	1.611.986	7.236.257	3.475.453	21.852.457	13.428.169	31.926.737
2023	% total	7.79%	3.47%	3.40%					
	% faixa etária	9.80%	6.76%	4.28%	11.20%	5.39%	37.96%	19.14%	55.9%
	Absoluto	4.015.033	1.786.147	1.752.831	5.770.506	2.776.517	19.557.151	9.859.202	28.797.738

Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual 1ª e 5ª Entrevista

Os números confirmam a alta incidência de crianças privadas de níveis adequado de Saneamento e Renda – 38% e 19%, respectivamente, no último ano. Em seguida, Educação e Moradia são as dimensões com maior percentual de crianças em situação de privação de direitos em 2023 – 7,8% e 11,2%, respectivamente. As Tabelas 05 e 06 a seguir mostram, por dimensão, o percentual e o número absoluto de crianças privadas de direitos em cada estado.

Tabela 05 | Percentual de C&As de 0 a 17 anos com privações intermediária e extrema em 2023, por Estado

	EDUCAÇÃO		INFORMAÇÃO		TRABALHO INFANTIL		MORADIA		ÁGUA		SANEAMENTO		RENDA		TOTAL	
	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA
RO	7.2 %	1.7 %	2.8 %	0.3 %	4.3 %	2.0 %	7.1 %	3.1 %	4.1 %	1.5 %	78.6 %	1.3 %	9.5 %	5.9 %	74.7%	13.4%
AC	15.5 %	3.1 %	11.5 %	2.6 %	1.8 %	0.6 %	8.5 %	9.6 %	9.5 %	12.7 %	37.4 %	31.5 %	17.2 %	21.1 %	35.2%	48.2%
AM	8.5 %	2.7 %	7.9 %	2.5 %	3.6 %	1.2 %	12.2 %	14.2 %	3.5 %	11.3 %	36.7 %	23.5 %	21.5 %	13.5 %	35.4%	43.3%
RR	9.1 %	2.5 %	4.0 %	1.4 %	4.2 %	1.4 %	10.9 %	15.8 %	3.2 %	2.8 %	42.5 %	3.0 %	14.5 %	12.8 %	42.3%	29.4%
PA	11.6 %	2.0 %	6.6 %	2.7 %	3.5 %	1.8 %	10.5 %	9.7 %	3.7 %	9.8 %	67.0 %	16.9 %	16.9 %	10.9 %	57.2%	32.3%
AP	11.1 %	3.3 %	5.0 %	0.3 %	1.4 %	0.2 %	12.6 %	10.0 %	1.8 %	1.8 %	72.0 %	9.3 %	18.9 %	9.4 %	62.4%	25.6%
TO	4.1 %	0.7 %	4.4 %	1.1 %	4.0 %	1.9 %	8.3 %	6.7 %	2.3 %	2.1 %	60.1 %	1.9 %	12.8 %	5.2 %	59.3%	15.2%
MA	10.8 %	1.2 %	6.5 %	1.6 %	2.7 %	1.3 %	7.4 %	6.3 %	9.2 %	7.1 %	60.9 %	19.8 %	18.8 %	18.9 %	50.9%	37.7%
PI	9.6 %	0.6 %	4.9 %	1.1 %	3.6 %	1.7 %	7.1 %	1.9 %	6.9 %	5.2 %	72.7 %	13.7 %	17.9 %	15.8 %	62.5%	28.1%
CE	5.1 %	1.7 %	4.0 %	0.4 %	2.4 %	0.7 %	6.3 %	3.7 %	3.6 %	5.4 %	48.1 %	5.9 %	18.5 %	13.8 %	48.2%	25.0%
RN	10.1 %	0.8 %	3.1 %	0.9 %	1.6 %	0.4 %	6.1 %	2.3 %	4.1 %	3.6 %	64.5 %	5.2 %	16.7 %	13.0 %	59.4%	21.7%
PB	9.7 %	1.0 %	4.2 %	0.2 %	2.3 %	0.8 %	4.0 %	1.8 %	1.2 %	12.2 %	48.2 %	9.6 %	19.0 %	13.1 %	44.1%	28.4%
PE	9.6 %	1.3 %	4.0 %	0.4 %	2.2 %	0.7 %	3.4 %	3.7 %	2.3 %	8.5 %	30.8 %	7.6 %	19.7 %	13.3 %	37.2%	26.8%
AL	9.6 %	1.2 %	3.3 %	0.4 %	1.9 %	0.5 %	4.6 %	3.3 %	2.6 %	9.1 %	55.0 %	9.7 %	18.5 %	13.3 %	51.5%	26.7%
SE	11.2 %	1.6 %	3.6 %	0.3 %	1.7 %	1.4 %	4.4 %	4.1 %	0.6 %	6.1 %	46.0 %	6.6 %	19.7 %	15.5 %	45.0%	26.6%
BA	10.1 %	1.0 %	3.1 %	0.5 %	2.4 %	1.9 %	5.9 %	2.1 %	3.1 %	3.9 %	39.7 %	6.2 %	17.1 %	14.4 %	43.0%	24.1%
MG	4.0 %	1.0 %	1.9 %	0.2 %	2.4 %	1.5 %	4.2 %	2.9 %	0.9 %	0.3 %	15.5 %	4.3 %	7.7 %	5.7 %	24.0%	14.3%
ES	4.8 %	1.1 %	2.4 %	0.2 %	1.6 %	0.9 %	7.6 %	3.6 %	0.6 %	0.3 %	20.8 %	6.2 %	9.3 %	5.1 %	30.4%	14.8%
RJ	6.0 %	0.7 %	2.4 %	0.1 %	1.0 %	0.2 %	8.9 %	7.0 %	2.6 %	0.8 %	9.4 %	5.4 %	8.3 %	8.3 %	23.2%	18.9%
SP	4.1 %	0.9 %	1.3 %	0.1 %	2.1 %	1.0 %	7.6 %	4.6 %	1.0 %	0.3 %	5.3 %	2.9 %	6.4 %	3.7 %	20.1%	11.6%
PR	4.6 %	1.4 %	2.0 %	0.1 %	1.9 %	0.9 %	5.8 %	4.1 %	0.5 %	0.2 %	28.4 %	1.2 %	6.1 %	3.4 %	35.7%	10.5%
SC	4.6 %	0.8 %	2.3 %	0.1 %	2.1 %	1.0 %	5.0 %	3.0 %	1.5 %	0.2 %	40.5 %	1.6 %	2.9 %	1.9 %	45.7%	8.2%
RS	5.3 %	1.5 %	1.5 %	0.1 %	2.1 %	1.1 %	5.5 %	2.2 %	1.6 %	0.2 %	28.9 %	1.2 %	4.1 %	3.0 %	37.7%	8.6%
MS	8.5 %	1.3 %	1.8 %	0.0 %	2.6 %	1.6 %	8.8 %	4.7 %	1.6 %	0.0 %	43.9 %	0.0 %	6.2 %	4.0 %	51.6%	9.8%
MT	5.6 %	1.6 %	2.0 %	0.3 %	2.1 %	1.4 %	8.4 %	6.6 %	3.7 %	0.9 %	62.4 %	1.3 %	5.6 %	5.1 %	58.7%	15.7%
GO	4.1 %	1.1 %	1.5 %	0.1 %	2.4 %	1.4 %	3.2 %	2.6 %	3.9 %	0.4 %	41.9 %	0.3 %	6.4 %	2.6 %	47.9%	7.8%
DF	5.9 %	0.8 %	1.3 %	0.0 %	1.0 %	0.6 %	4.9 %	2.5 %	0.0 %	0.3 %	11.4 %	0.1 %	7.0 %	4.3 %	25.5%	8.6%
BR	6.6%	1.2%	3%	0.5%	2.3%	1.1%	6.6%	4.6%	2.4%	3.0%	31.8%	6.2%	11%	8.1%	37.1%	18.8%

Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual 1ª e 5ª Entrevista

Tabela 06 | Milhares de C&As de 0 a 17 anos com privações intermediária e extrema em 2023, por Estado

	EDUCAÇÃO		INFORMAÇÃO		TRABALHO INFANTIL		MORADIA		ÁGUA		SANEAMENTO		RENDAS		TOTAL	
	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA	INTERME-DIÁRIA	EXTREMA
RO	33.97	8.02	13.21	1.42	20.29	9.44	33.50	14.63	19.34	7.08	370.82	6.13	44.82	27.84	352.42	63.22
AC	43.62	8.72	32.36	7.32	5.07	1.69	23.92	27.02	26.74	35.74	105.25	88.65	48.41	59.38	99.06	135.65
AM	117.98	37.48	109.66	34.70	49.97	16.66	169.34	197.10	48.58	156.85	509.42	326.19	298.43	187.39	491.37	601.03
RR	21.55	5.92	9.47	3.32	9.95	3.32	25.82	37.42	7.58	6.63	100.66	7.11	34.34	30.32	100.19	69.63
PA	293.41	50.59	166.94	68.29	88.53	45.53	265.59	245.35	93.59	247.88	1694.69	427.47	427.47	275.70	1446.81	816.99
AP	29.06	8.64	13.09	0.79	3.67	0.52	32.99	26.18	4.71	4.71	188.50	24.35	49.48	24.61	163.37	67.02
TO	17.99	3.07	19.31	4.83	17.55	8.34	36.42	29.40	10.09	9.21	263.70	8.34	56.16	22.82	260.19	66.69
MA	221.65	24.63	133.40	32.84	55.41	26.68	151.87	129.30	188.82	145.72	1249.88	406.36	385.84	387.89	1044.64	773.73
PI	82.33	5.15	42.02	9.43	30.87	14.58	60.89	16.29	59.17	44.59	623.45	117.49	153.51	135.50	535.98	240.98
CE	117.41	39.14	92.08	9.21	55.25	16.11	145.03	85.18	82.88	124.31	1107.31	135.82	425.89	317.69	1109.61	575.52
RN	84.64	6.70	25.98	7.54	13.41	3.35	51.12	19.27	34.36	30.17	540.50	43.58	139.94	108.94	497.76	181.84
PB	100.99	10.41	43.73	2.08	23.95	8.33	41.64	18.74	12.49	127.02	501.82	99.95	197.81	136.39	459.13	295.68
PE	233.88	31.67	97.45	9.75	53.60	17.05	82.83	90.14	56.03	207.08	750.37	185.16	479.95	324.02	906.29	652.92
AL	84.85	10.61	29.17	3.54	16.79	4.42	40.66	29.17	22.98	80.43	486.12	85.73	163.51	117.55	455.18	235.99
SE	66.28	9.47	21.31	1.78	10.06	8.29	26.04	24.26	3.55	36.10	272.23	39.06	116.59	91.73	266.32	157.42
BA	364.01	36.04	111.73	18.02	86.50	68.48	212.64	75.69	111.73	140.56	1430.82	223.45	616.30	518.99	1549.75	868.58
MG	187.33	46.83	88.98	9.37	112.40	70.25	196.70	135.81	42.15	14.05	725.91	201.38	360.61	266.95	1123.98	669.71
ES	47.23	10.82	23.61	1.97	15.74	8.85	74.78	35.42	5.90	2.95	204.65	61.00	91.50	50.18	299.10	145.62
RJ	226.06	26.37	90.43	3.77	37.68	7.54	335.33	263.74	97.96	30.14	354.17	203.46	312.72	312.72	874.11	712.10
SP	431.86	94.80	136.93	10.53	221.20	105.33	800.53	484.53	105.33	31.60	558.26	305.46	674.13	389.73	2117.19	1221.86
PR	128.20	39.02	55.74	2.79	52.95	25.08	161.64	114.27	13.93	5.57	791.50	33.44	170.00	94.76	994.95	292.63
SC	83.93	14.60	41.96	1.82	38.31	18.24	91.22	54.73	27.37	3.65	738.91	29.19	52.91	34.67	833.79	149.61
RS	128.10	36.25	36.25	2.42	50.76	26.59	132.93	53.17	38.67	4.83	698.51	29.00	99.10	72.51	911.20	207.86
MS	65.98	10.09	13.97	0.00	20.18	12.42	68.31	36.48	12.42	0.00	340.76	0.00	48.12	31.05	400.52	76.07
MT	58.06	16.59	20.74	3.11	21.77	14.52	87.09	68.43	38.36	9.33	646.99	13.48	58.06	52.88	608.62	162.78
GO	72.81	19.53	26.64	1.78	42.62	24.86	56.83	46.17	69.26	7.10	744.10	5.33	113.66	46.17	850.66	138.52
DF	42.23	5.73	9.30	0.00	7.16	4.29	35.07	17.89	0.00	2.15	81.60	0.72	50.10	30.78	182.52	61.56
BR	3396.0	619.0	1529.9	256.2	1172.3	580.5	3413.3	2357.2	1238.6	1537.9	16387.3	3169.9	5701.5	4157.7	19102.5	9686.0

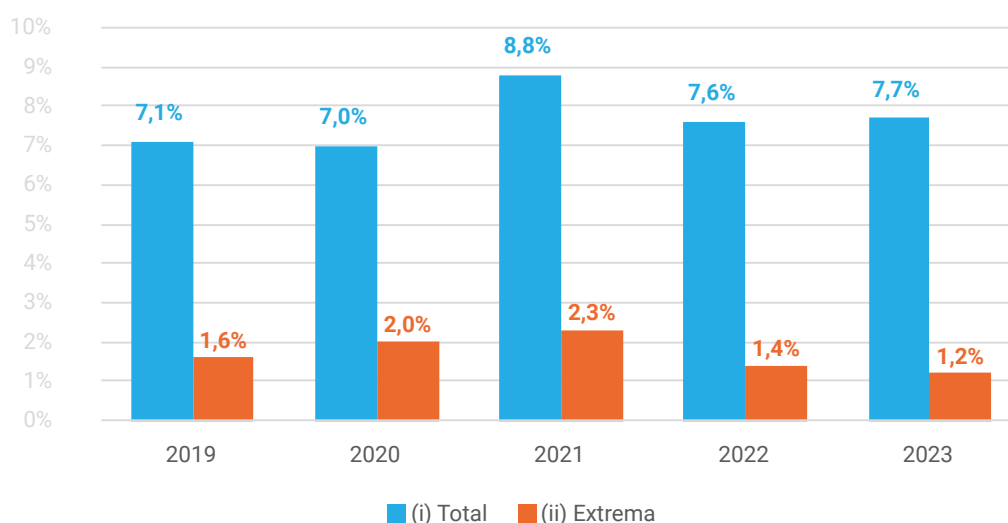
Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual 1ª e 5ª Entrevista

Educação

Em relação à Educação, as privações ocorrem no acesso à escola na idade certa e na alfabetização. O Gráfico 09 ilustra o percentual de crianças e adolescentes que enfrentaram privações na Educação (total e extrema) de 2019 a 2023. Ao longo desses anos, é possível observar uma variação nos índices de privação total, começando em 7,1%, em 2019, e atingindo um pico de 8,8%, em 2021, antes de se estabilizar em 7,7%, em 2023. Vale notar que, com exceção de 2021, a taxa do último ano é superior à de todos os outros anos, o que indica desafios persistentes no sistema educacional após a pandemia.

Gráfico 09

Crianças e adolescentes com alguma privação em educação



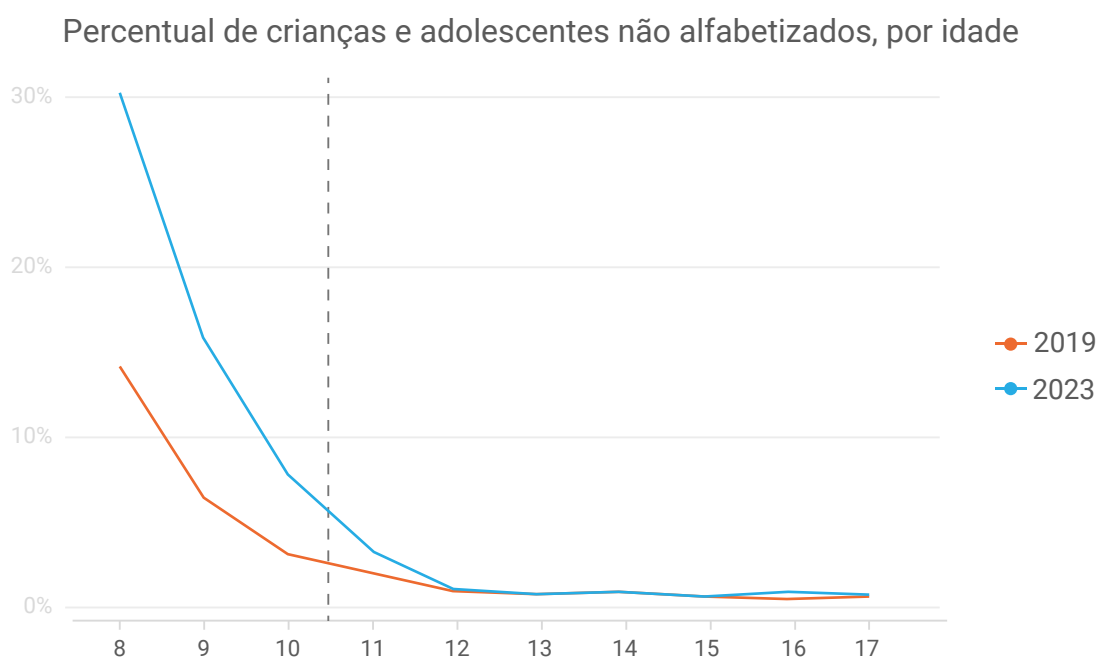
Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 5ª Entrevista.

Por outro lado, as privações extremas de Educação mostram uma tendência mais estável e decrescente ao longo dos anos, partindo de 1,6%, em 2019, e diminuindo para 1,2%, em 2023. Esta redução nas privações extremas sugere que, apesar dos desafios na diminuição das privações totais, as condições mais severas de acesso à educação podem estar sendo mitigadas de forma mais eficaz. A redução das privações extremas é uma indicação positiva de que, de certa forma, as intervenções para tratar dos casos mais graves de falta de acesso à educação vêm sendo bem-sucedidas. Contudo, em comparação com anos anteriores, exceto 2021, o aumento generalizado das privações

totais em 2023 destaca a necessidade de políticas mais robustas para enfrentar as barreiras educacionais que ainda persistem.

O Gráfico 10 compara, por idade, o percentual de crianças e adolescentes não alfabetizados nos anos 2019 e 2023, evidenciando um impacto significativo na educação de crianças que estavam em idade escolar inicial durante a pandemia de COVID-19.

Gráfico 10



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

O Gráfico mostra que, em 2023, as taxas de crianças de oito a dez anos de idade não alfabetizadas foram consideravelmente mais altas em comparação com crianças da mesma faixa etária em 2019. Especificamente, a linha azul, que representa o ano 2023, inicia em aproximadamente 30% para crianças de oito anos, e diminui gradativamente até quase 10% aos dez anos, enquanto a linha vermelha, de 2019, começa em torno de 14% aos oito anos e desce para abaixo de 3% aos dez anos.

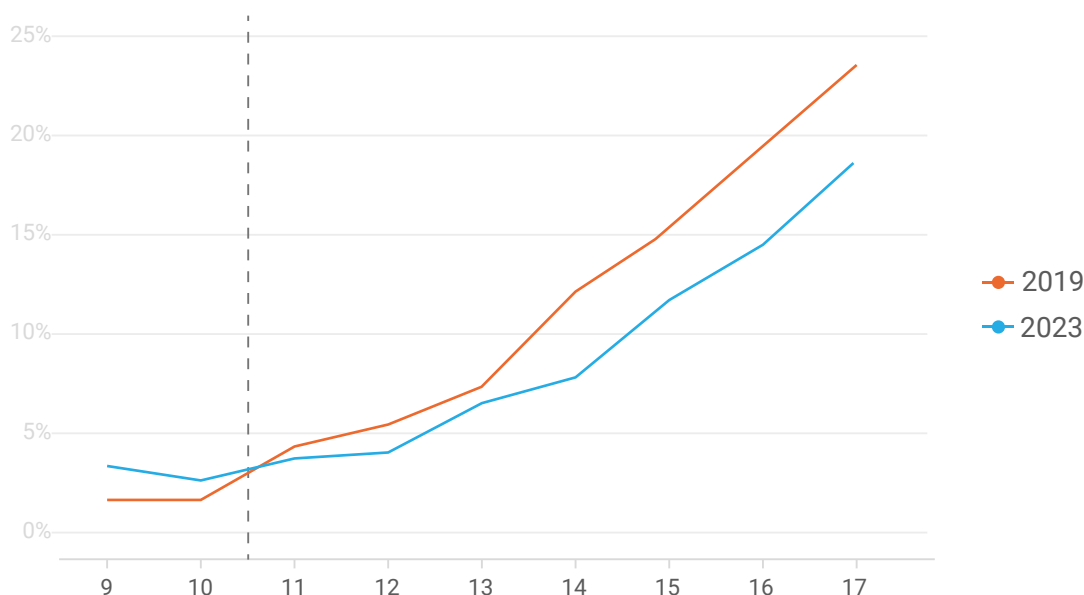
Esta disparidade sugere que as crianças que tinham entre cinco e sete anos de idade em 2020, e que, conseqüentemente, experimentaram interrupções educacionais críticas durante a pandemia, enfrentam um dano persistente em sua alfabetização. O ensino remoto e as dificuldades associadas a ele, como falta de acesso a recursos educacionais adequados e suporte pedagógico, podem ter contribuído para essa defasagem significativa. A comparação mostra que, enquanto a curva de analfabetismo tende a se estabilizar e se aproximar entre as duas coortes a partir dos 11 anos, o impacto inicial

nas faixas etárias menores foi claramente mais severo em 2023 em comparação com 2019, ressaltando a necessidade de intervenções direcionadas para essas coortes mais jovens para remediar os déficits educacionais causados pela pandemia.

O Gráfico 11 compara o percentual de crianças e adolescentes com atraso escolar ou fora da escola em dois anos distintos – 2019 e 2023 –, mostrando uma clara variação nos resultados educacionais para diferentes faixas etárias. Para as crianças na faixa etária mais baixa, especialmente aquelas que começaram a atividade escolar durante os anos críticos da pandemia de COVID-19, o gráfico de 2023 mostra um aumento preocupante nas taxas de atraso escolar, ou ainda evasão escolar, em comparação com 2019. Este aumento é mais notável nos grupos entre oito e 10 anos de idade, para as quais o nível de 2023 fica consistentemente acima do nível de 2019, indicando que estas crianças, que foram diretamente impactadas pelas interrupções da pandemia em uma fase crucial do desenvolvimento educacional, estão agora mais atrasadas em seus estudos, ou mesmo fora da escola. Em contraste, para as faixas etárias mais altas, principalmente a partir dos 11 anos de idade, há uma melhora gradual na frequência escolar em 2023 em comparação com 2019.

Gráfico 11

Percentual de crianças e adolescentes com atraso escolar ou fora da escola



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

Por outro lado, os Gráficos 12 e 13 a seguir mostram as privações relativas à Educação por idade, separadamente por cor ou raça. É destacada também a diferença dos coortes que tinham até 10 anos em 2023.

Gráfico 12

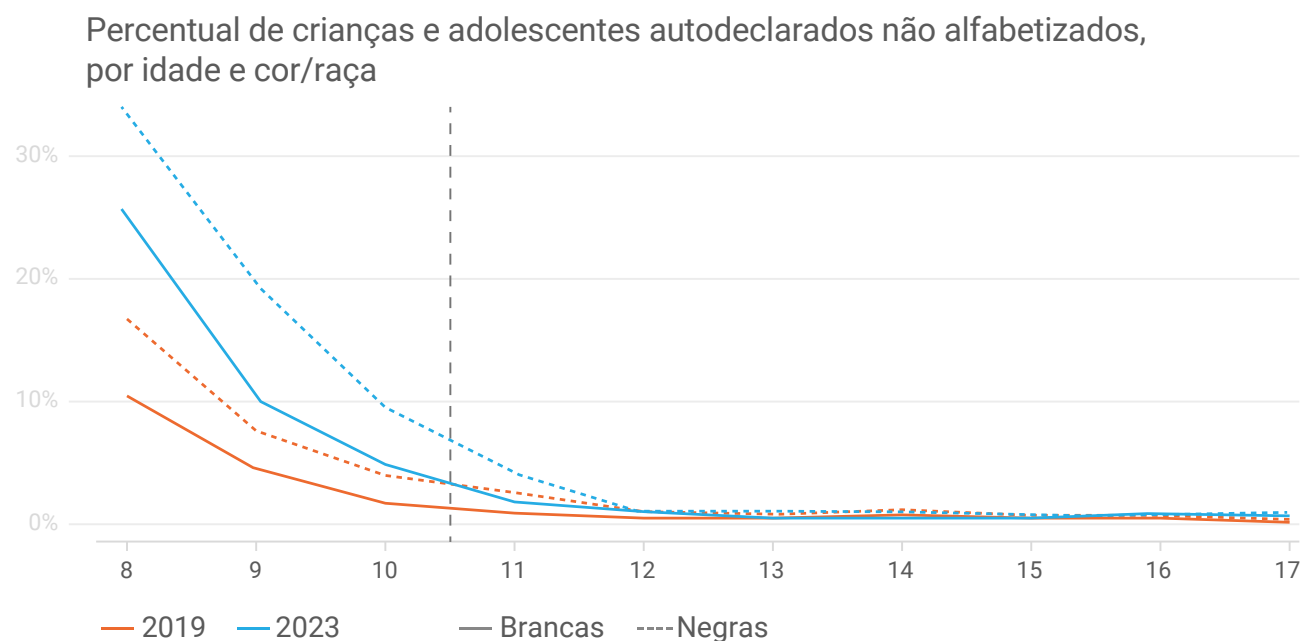
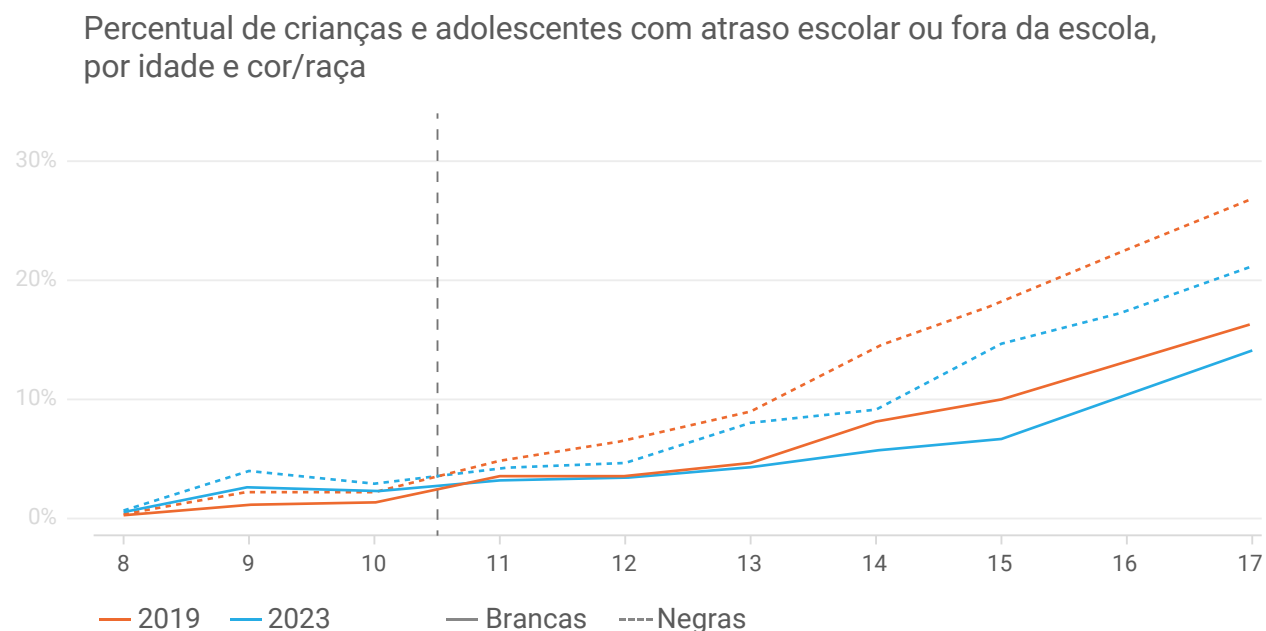


Gráfico 13



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

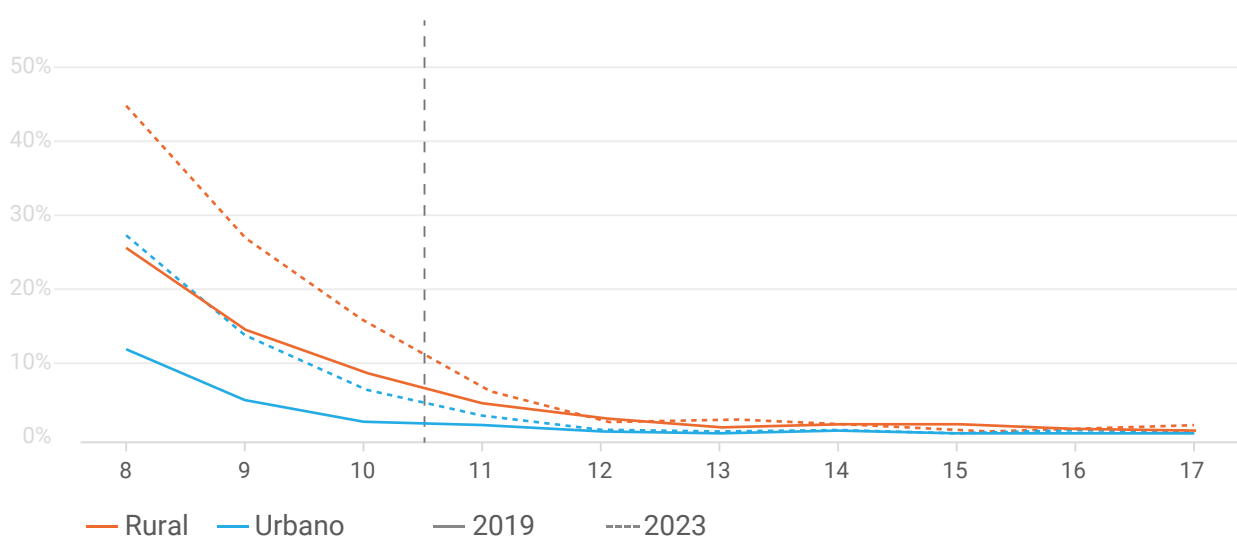
Os gráficos mostram que, na área de Educação, crianças negras enfrentaram maiores privações nos dois períodos, especialmente na dimensão Analfabetismo. Vê-se também que em 2023 houve um aumento da desigualdade racial no indicador de analfabetismo.

A situação é particularmente desigual para o coorte daqueles que em 2023 tinham até nove anos de idade e, portanto, tinham até seis anos em 2020.

Tendo em vista que o analfabetismo mostrou a mais grave piora entre os períodos pré e pós pandemia, esse indicador será analisado em maior detalhe. O Gráfico 14 apresenta a distribuição percentual de crianças e adolescentes não alfabetizadas por idade e área de residência (urbana ou rural) nos anos 2019 e 2023, destacando uma tendência preocupante no aumento do analfabetismo durante esse período, especialmente em áreas rurais. Em 2019, as curvas indicam que a prevalência de analfabetismo já era mais alta nas áreas rurais em comparação com áreas urbanas em todas as faixas etárias, uma discrepância que se acentua ainda mais em 2023. Notavelmente, para crianças de sete a oito anos de idade em áreas rurais, o percentual de analfabetismo em 2023 atinge cerca de 45%, demonstrando uma grave deficiência no acesso ou na qualidade da educação inicial nessas localidades.

Gráfico 14

Percentual de crianças e adolescentes não alfabetizadas, por idade e área



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 1ª e 5ª Entrevistas.

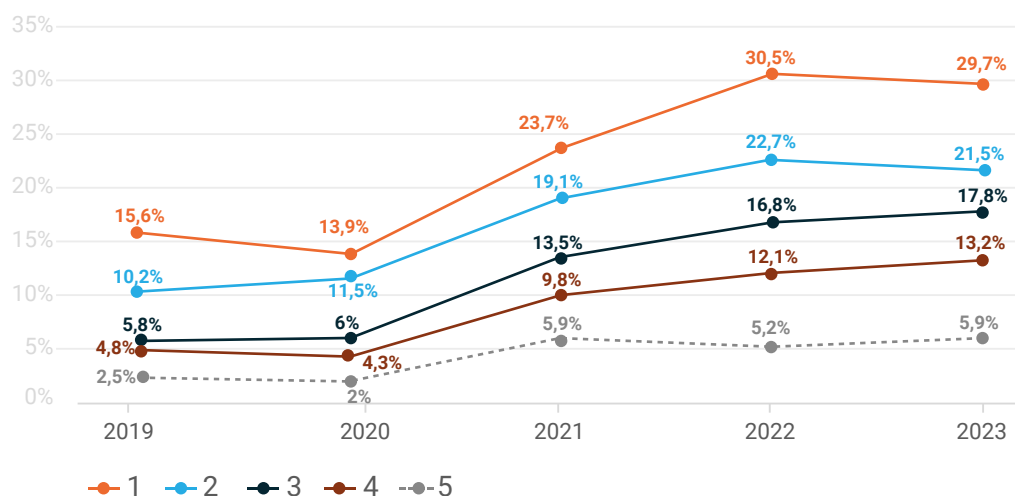
Além disso, o Gráfico mostra que, enquanto o analfabetismo diminui com o aumento da idade em ambas as áreas, a melhora é menos acentuada em áreas rurais do que em áreas urbanas. Em 2023, mesmo entre alunos de 11 anos de idade, a taxa de analfabetismo em áreas rurais permanece em torno de 10% – comparativamente menor nas áreas urbanas, onde o percentual se aproxima de 0%. Essa situação sublinha a desigualdade persistente no acesso à educação entre áreas urbanas e rurais, e reforça a necessidade de políticas educacionais focadas que enderecem especificamente as barreiras enfrentadas por

crianças e adolescentes em regiões rurais, especialmente no contexto pós-pandemia, quando tais disparidades foram exacerbadas.

O Gráfico 15 a seguir mostra o percentual de crianças de sete a dez anos de idade não alfabetizadas entre 2019 e 2023, distribuídas por quintis de renda, destacando um aumento preocupante das desigualdades educacionais ao longo do período da pandemia, que permaneceram nos anos posteriores. Em 2019, a disparidade já era evidente, com o quintil de renda mais baixo (quintil 1) apresentando um percentual de analfabetismo de 15,6%, enquanto o quintil mais alto (quintil 5) registrava apenas 2,5%. Essa disparidade acentua-se significativamente até 2023, quando o quintil mais baixo registra aumento para cerca de 30%, e o quintil mais alto aumenta ligeiramente para 5,9%. A tendência de aumento no analfabetismo é particularmente pronunciada nos quintis inferiores, enquanto nos quintis superiores o aumento é mais moderado, embora ainda preocupante.

Gráfico 15

Crianças de 7 a 10 anos analfabetas, por quintil de renda



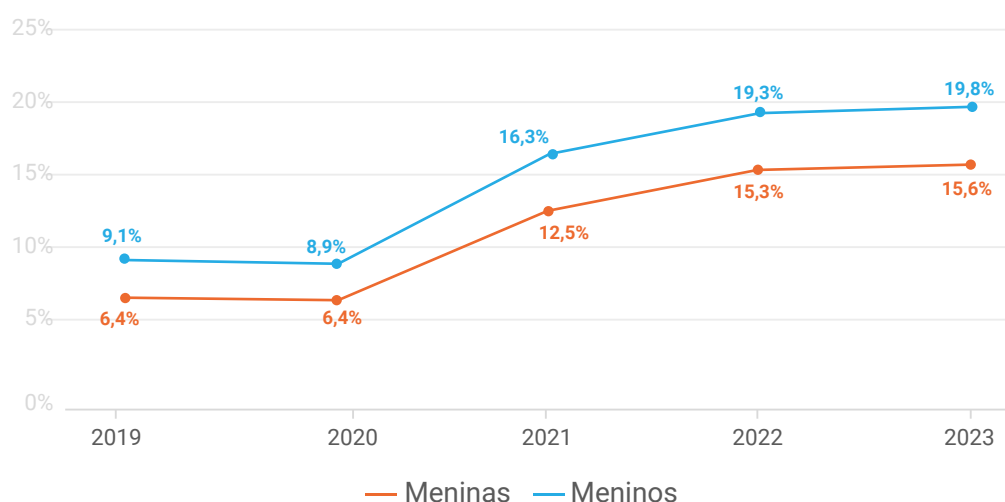
Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 5ª Entrevista.

Este padrão sugere que crianças de famílias de menor renda foram desproporcionalmente afetadas pelas interrupções na educação causadas pela pandemia de COVID-19, enquanto aquelas em situações econômicas mais favoráveis tiveram mais recursos e resiliência para mitigar os impactos negativos no aprendizado. A crescente disparidade entre os quintis de renda destaca a necessidade urgente de intervenções educacionais direcionadas que possam fornecer suporte adicional às crianças das famílias mais vulneráveis. A falta de uma abordagem equitativa pode perpetuar o ciclo de desigualdades educacionais e sociais, impactando negativamente as oportunidades futuras dessas crianças.

Por fim, o Gráfico 16 apresenta a evolução da não alfabetização de crianças de sete a dez anos de idade, de 2019 a 2023, diferenciada por gênero. Nota-se que, ao longo deste período, a taxa de analfabetismo tem aumentado tanto para meninas quanto para meninos. Inicialmente, em 2019, 6,4% das meninas e 9,1% dos meninos não estavam alfabetizados. Este percentual cresceu progressivamente ao longo dos anos, alcançando em 2023 as taxas de 15,6% para meninas e 19,8% para meninos. Esse aumento substancial destaca um problema crescente no acesso ou na qualidade na educação inicial para ambos os gêneros, com os meninos experimentando uma taxa ligeiramente mais elevada de analfabetismo do que as meninas em cada ano registrado.

Gráfico 16

Crianças de 7 a 10 anos analfabetas, por gênero



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 5ª Entrevista.

O aumento generalizado do analfabetismo entre crianças de sete a dez anos de idade pode ser atribuído a várias causas interconectadas, sendo a pandemia de COVID-19 um fator preponderante. Durante esse período crítico, o fechamento prolongado das escolas e a subsequente demora na reabertura, que só foi amplamente implementada no ano escolar de 2022, criaram uma lacuna significativa no aprendizado dessas crianças. Esse hiato educacional foi exacerbado pela insuficiência de recursos adequados de aprendizagem a distância, ou ainda pela inacessibilidade a esses recursos para muitos estudantes. Particularmente para crianças em áreas rurais e em meio a famílias de baixa renda, o acesso a tecnologias educacionais e a suporte pedagógico frequentemente é limitado. Além disso, a falta de preparo e de recursos das escolas para lidar com esse tipo de ensino emergencial contribuiu para agravar a situação.

As interrupções no aprendizado causadas pela pandemia não só afetaram a capacidade de leitura e escrita das crianças que estavam entrando na idade escolar naquele período, mas também tiveram o potencial de impactar de maneira duradoura seus resultados educacionais. Eventualmente, poderão impactar também suas oportunidades no mundo do trabalho: no futuro, essa realidade pode ampliar as desigualdades sociais e econômicas em meio a esses grupos. A perda de aprendizado fundamental nos primeiros anos de formação escolar é particularmente problemática, pois forma a base para o desenvolvimento educacional subsequente. Sem intervenções adequadas para compensar essas perdas, as discrepâncias entre diferentes grupos sociais e econômicos podem acentuar-se ainda mais, perpetuando ciclos de desigualdade já existentes.

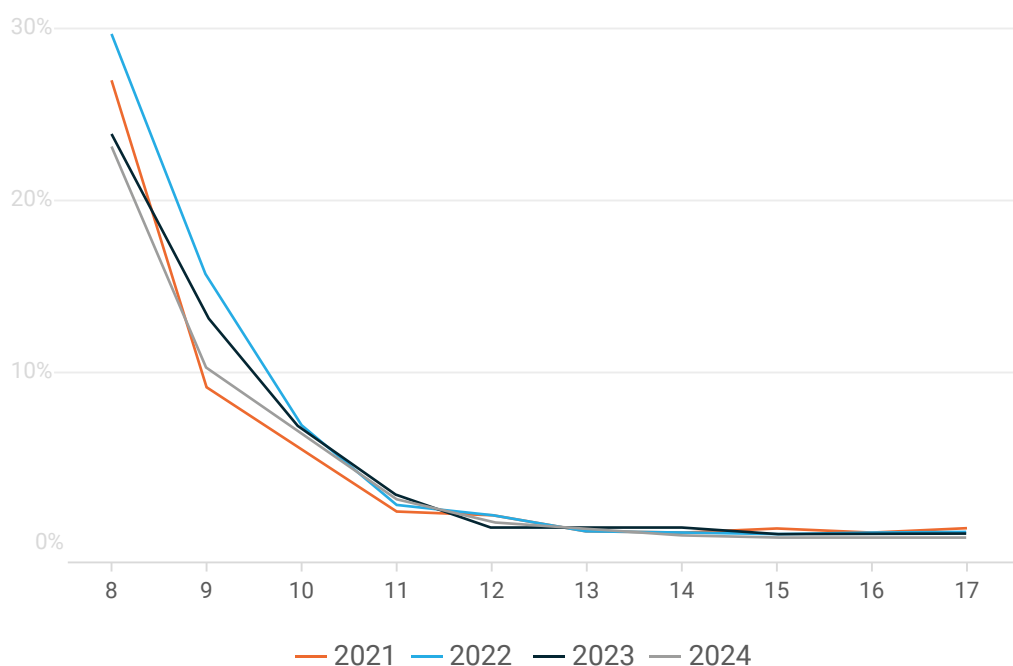
No entanto, investimentos recentes, como o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, estão sendo implementados para enfrentar esses desafios ao longo dos próximos anos. Este programa tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, e focar na recuperação das aprendizagens do 3º ao 5º ano para crianças afetadas pela pandemia. O Compromisso estabelece princípios, como a promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, além de promover a colaboração entre os entes federativos e fortalecer a cooperação entre estados e municípios. As metas incluem a organização de um regime de colaboração, metas pactuadas de resultados, apoio técnico e financeiro, oferta de materiais didáticos e estratégias formativas.



Os dados recentes mostram que nos últimos dois anos a situação tem melhorado para os coortes mais novos. Por exemplo, a taxa de analfabetismo entre crianças de oito anos caiu de 29,9%, em 2022, para 23,3%, em 2024. Entre as crianças de nove anos, houve uma redução de 15,7%, em 2022, para 10,2%, em 2024. Esses números indicam progressos significativos. No entanto, ainda existem desafios consideráveis para aquelas mais afetadas durante a pandemia, uma vez que as faixas etárias de 10 a 11 anos ainda não retornaram aos níveis de alfabetização pré-pandemia. Essa constatação evidencia a necessidade contínua de intervenções direcionadas para evitar que desigualdades sociais e econômicas se aprofundem.

Gráfico 17

Taxa de analfabetismo por idade de 2021 a 2024



Fonte: PNAD Contínua Trimestral (2º Trimestre) de 2021 a 2024.

Efeitos do Bolsa Família na pobreza infantil multidimensional

Como apresentado, a dimensão Renda foi uma das que apresentaram redução mais significativa entre 2019 e 2023. Esta melhora notável pode ser parcialmente atribuída à expansão do programa Bolsa Família durante o período. De fato, o Brasil experimentou uma transformação significativa em sua política de transferência de renda, iniciando com a implementação do Auxílio Emergencial em resposta à crise provocada pela pandemia. Após o término deste programa, foi introduzido em 2022 o Auxílio Brasil. O valor médio do benefício do novo programa foi aumentado de R\$ 200 para R\$400, e posteriormente para R\$600, a partir do terceiro trimestre de 2022. No primeiro trimestre de 2023, o Governo introduziu um benefício variável de R\$150 por gestante e por criança de zero a seis anos de idade.

Além do aumento substancial no valor do benefício, o Auxílio Brasil e, posteriormente, o novo Bolsa Família também experimentaram um crescimento expressivo no número de famílias atendidas. No primeiro trimestre de 2022, cerca de 17,9 milhões de famílias eram beneficiárias do programa. Esse número aumentou para aproximadamente 21,6 milhões de famílias no primeiro trimestre de 2023, representando um aumento de cerca de 20%.

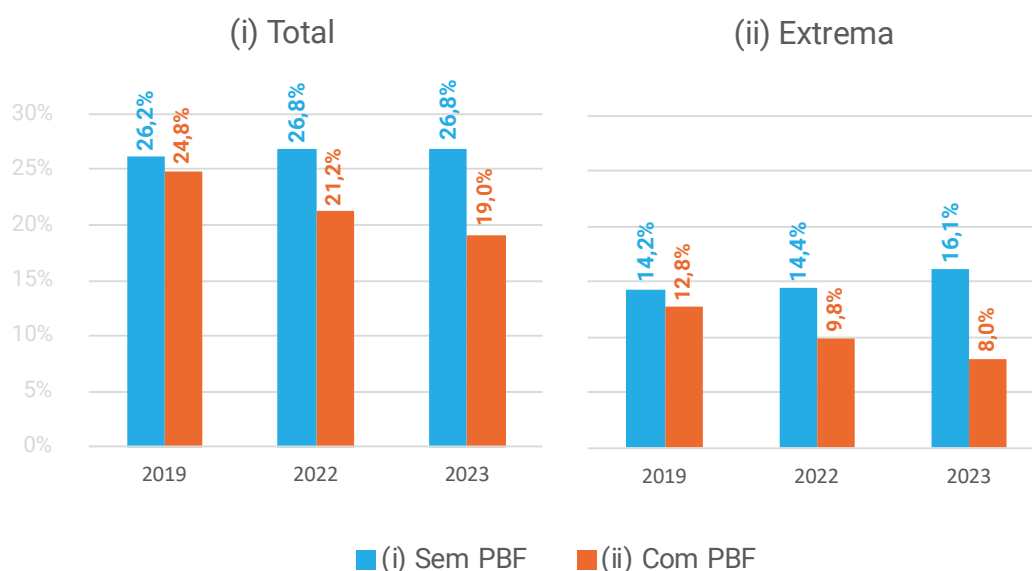
Na PNAD Contínua, o indicador de recebimento do Bolsa Família permite uma análise detalhada do impacto do programa na redução da pobreza. Para uma avaliação mais precisa da contribuição do Bolsa Família na mitigação da pobreza de renda, propõe-se calcular a renda das famílias excluindo os benefícios recebidos pelo programa. Este método permite recalibrar o percentual de crianças sem o auxílio do programa que ainda enfrentam privações na dimensão Renda (abstraindo potenciais reações comportamentais de curto prazo ao recebimento do benefício). Por meio deste cálculo, será possível

discernir de forma mais clara o papel direto do Bolsa Família na melhoria das condições de vida dessas famílias e na redução da pobreza infantil no país.

O Gráfico 18 apresenta o percentual de crianças e adolescentes em situação de privação de renda, comparando os cenários com e sem o Programa Bolsa Família (PBF) nos anos 2019, 2022 e 2023. Nesses três anos, as barras vermelhas representam o cenário sem o Bolsa Família, enquanto as barras azuis mostram o cenário com a inclusão do programa.

Gráfico 18

Crianças e Adolescentes em privação de renda



Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 5ª Entrevista.

O Gráfico mostra que, em 2019, a privação total de renda (sem o Programa Bolsa Família – PBF) era de 26,2%, proporção que cai para 24,8% quando o PBF é considerado. Por outro lado, em 2022 esse percentual cai de 26,8% para 21,2% com o Bolsa Família, indicando uma redução significativa da privação de renda graças à expansão do programa. Finalmente, em 2023, a queda viabilizada pelo programa é ainda mais acentuada – de 26,8% para 19%. Em termos absolutos, isso significa que, em 2019, graças ao Bolsa Família, 750 mil crianças e adolescentes deixaram de experimentar privações de renda; e em 2022 esse número saltou para 2,9 milhões, crescendo mais uma vez em 2023, quando chegou a quatro milhões.

A Tabela 07 a seguir mostra o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na redução das privações de renda em meio a crianças e adolescentes nas diferentes regiões do Brasil, nos anos 2019 e 2023. Em 2019, sem o Bolsa Família, a Região Norte apresentou

uma taxa de privação de renda de 42,4%, taxa que caiu para 40,0% com o programa, resultando em uma diferença de 2,4 pontos percentuais (pp). Em 2023, a mesma região mostrou uma melhora significativa: graças ao Bolsa Família, a taxa de privação caiu de 38,9% para 27,9% – uma diferença ainda mais substancial, de 11 pp. Similarmente, na Região Nordeste, que é uma das mais impactadas pela pobreza no país, a diferença entre as taxas com e sem o Bolsa Família cresceu de 1,9 pp, em 2019, para 14,1 pp em 2023, indicando uma melhora expressiva no combate à privação de renda entre as crianças e os adolescentes dessa região.

Tabela 07 | Impacto do PBF na redução das privações de renda entre crianças e adolescentes

	2019			2023		
	SEM PBF	COM PBF	DIFERENÇA	SEM PBF	COM PBF	DIFERENÇA
Norte	42.4%	40.0%	2.4%	38.9%	27.9%	11.0%
Nordeste	44.6%	42.7%	1.9%	46.6%	32.5%	14.1%
Sudeste	16.3%	15.2%	1.1%	16.8%	12.4%	4.4%
Sul	11.6%	10.6%	1.0%	10.9%	7.5%	3.4%
Centro-Oeste	13.4%	11.9%	1.5%	15.4%	10.4%	5.0%

Fonte: Elaboração própria com PNADC Anual, 5ª Entrevista.

Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a influência do Bolsa Família também é notável, embora as taxas de privação de renda já sejam mais baixas nessas regiões em comparação com o Norte e o Nordeste. Em 2023, na região Sudeste a diferença viabilizada pelo Bolsa Família aumentou para 4,4%, enquanto no Sul e no Centro-Oeste a diferença foi de 3,4% e 5,0%, respectivamente. Esses dados revelam a contribuição significativa da expansão do Bolsa Família para a redução da pobreza infantil em diferentes áreas do país, com impactos que variam conforme o contexto regional; e destacam a importância de políticas de transferência de renda como ferramentas eficazes no combate à pobreza e suas consequências sobre as novas gerações.

Insegurança alimentar

Em determinados anos, diferentes pesquisas populacionais perguntaram sobre o *status* de segurança alimentar – nas edições do PNAD de 2009 e de 2013, na POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2017/18, e no 4º Trimestre da PNADC 2023. Os dados levantados permitem encontrar o percentual de crianças em situação de insegurança alimentar. E os dados levantados na POF 2017/18 e na PNAD Contínua do 4º Trimestre de 2023 tornam possível calcular o percentual de crianças e adolescentes com alguma privação, incluindo insegurança alimentar – no entanto, excluindo trabalho infantil, uma vez que essa pergunta não foi incluída nessas edições das pesquisas.

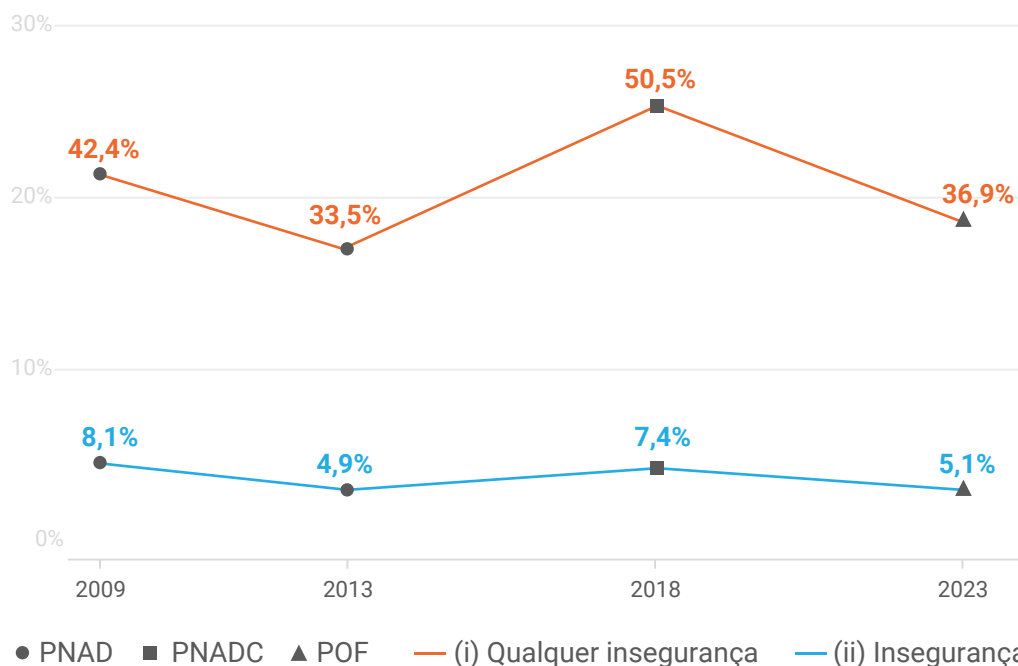
Vale notar que a comparação incluindo insegurança alimentar entre diferentes pesquisas já foi realizada por estudos do próprio IBGE (2024). É igualmente importante destacar que o *status* de (in)segurança alimentar tem como período de referência os três meses que antecederam a coleta de dados da PNAD Contínua no 4º trimestre de 2023.

Desse modo, são encontrados primeiramente os percentuais de crianças e adolescentes afetados por insegurança alimentar. O Gráfico 19 a seguir mostra o percentual para qualquer grau de insegurança e de insegurança alimentar grave.



Gráfico 19

Crianças e adolescentes em insegurança alimentar



Fonte: Elaboração própria com dados das edições da PNAD 2009, da PNAD 2013, da POF 2017/18 e da PNADC 4º Trimestre de 2023.

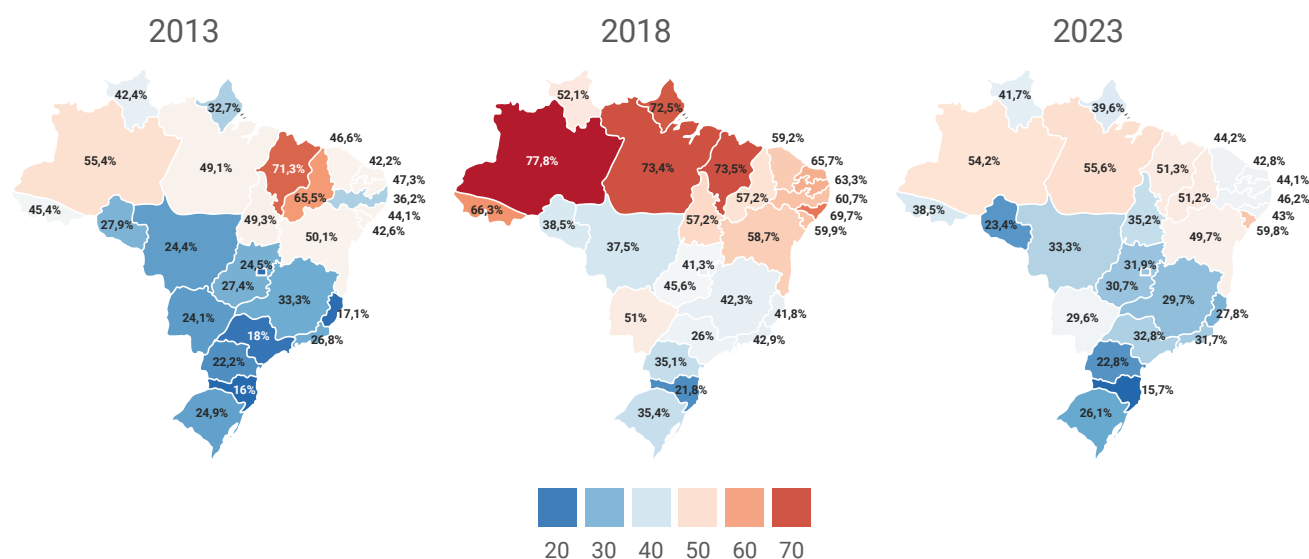
O Gráfico mostra que o menor nível de insegurança alimentar ocorreu em 2013, quando apenas 4,9% das crianças e dos adolescentes enfrentavam insegurança alimentar grave, conforme indicado pela PNAD – um decréscimo considerável em comparação aos 8,1% em 2009. A partir de 2013, houve uma tendência variável na insegurança alimentar. Os dados de 2018 (POF) mostram que 7,4% do total de crianças e adolescentes pesquisados sofriam de insegurança alimentar grave – um aumento em relação a 2013. A observação mais recente, realizada em 2023 (PNADC), mostra uma leve melhora, com 5,1% do público de zero a 18 anos de idade em insegurança alimentar grave, mas ainda acima dos níveis de 2013. Em contrapartida, o percentual de crianças e adolescentes que enfrentam qualquer tipo de insegurança alimentar teve um aumento significativo – de 33,5%, em 2013, para 50,5%, em 2018; e uma significativa redução para 36,9% em 2023, indicando que, embora a situação extrema de insegurança tenha melhorado um pouco desde o pico, em 2018, o problema ainda afeta uma parcela considerável dessa população.

Tais resultados alinham-se a uma melhora recente na insegurança alimentar verificada na América Latina (UNICEF, FAO, FIDA, WFP e OMS, 2024), que resulta de maiores transferências de renda, mas com níveis ainda superiores àqueles registrados no início dos anos 2010. Em 2023, o percentual da população com algum grau de insegurança

alimentar foi similar entre o continente e a média mundial – entre 28% e 29%, proporção significativamente menor do que o nível registrado para crianças e adolescentes.

Os mapas abaixo apresentam a evolução da insegurança alimentar em meio a crianças e adolescentes de zero a 17 anos no Brasil, distribuída por estados, nos anos 2013, 2018 e 2023. Observa-se uma preocupante escalada na insegurança alimentar entre 2013 e 2018 em todos os estados brasileiros, com percentuais substancialmente mais elevados. Em 2013, a maior parte dos estados apresentava taxas moderadas, com poucas exceções: estados como Maranhão (71,3%) e Piauí (65,5%), que registravam taxas elevadíssimas. No entanto, em 2018 o panorama agravou-se consideravelmente, com vários estados – especialmente nas regiões Norte e Nordeste, como Amazonas, Pará e Amapá –, registrando taxas acima de 70%. Piauí destaca-se por ser um dos únicos a mostrar redução de tal percentual em 2018, com uma queda superior a dez pontos percentuais.

Crianças e adolescentes com insegurança alimentar, por estado

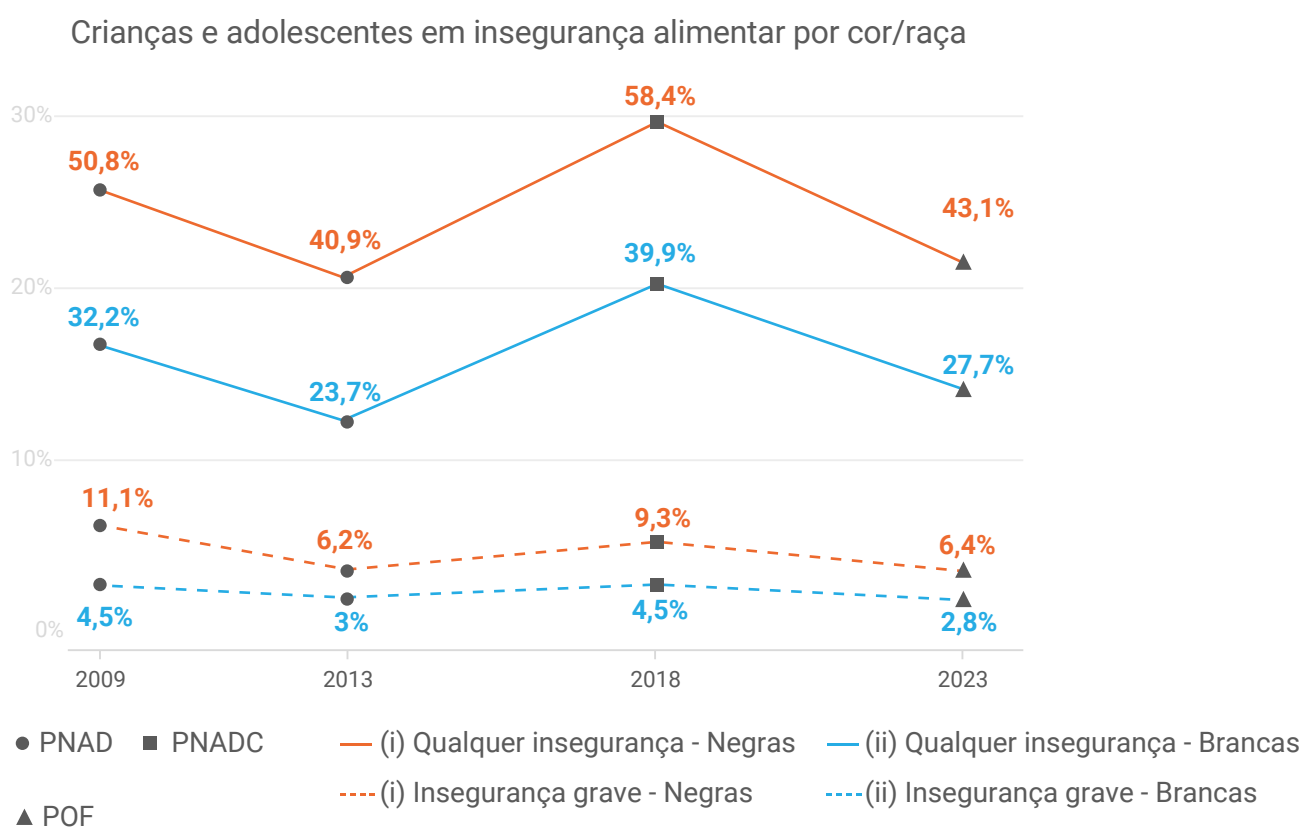


Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2013, POF 2017/18 e PNADC 4º Trimestre de 2023.

Por outro lado, nota-se em 2023 uma melhora significativa no Nordeste, onde a maioria dos estados registrou uma redução notável na insegurança alimentar. O destaque foi Maranhão, que reduziu sua taxa de insegurança alimentar de 73,5%, em 2018, para 51,3%, em 2023. Contudo, a situação ainda permanece alarmante em diversos estados. São Paulo, por exemplo, apresentou um acentuado aumento na taxa de insegurança alimentar, saltando de 18%, em 2013, para 32,8%, em 2023, indicando uma deterioração marcante das condições de acesso a alimentos adequados para crianças e adolescentes. Esta análise evidencia que, apesar de melhorias em algumas áreas, a insegurança alimentar persiste como um problema social relevante em várias partes do país, inclusive com evolução negativa em regiões que antes apresentavam situação menos grave.

O Gráfico 20 a seguir apresenta a evolução da insegurança alimentar em meio a crianças e adolescentes no Brasil, divididos por cor/raça (brancas e negras), de 2009 a 2023. A linha azul representa a insegurança alimentar em qualquer nível em meio a crianças e adolescentes brancos, enquanto a linha laranja mostra a mesma métrica para crianças e adolescentes negros. A linha azul pontilhada reflete a insegurança alimentar grave em meio a crianças e adolescentes brancos, e a laranja pontilhada, em meio a crianças e adolescentes negros.

Gráfico 20



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2009, PNAD 2013, POF 2017/18 e PNADC 4º Trimestre de 2023.

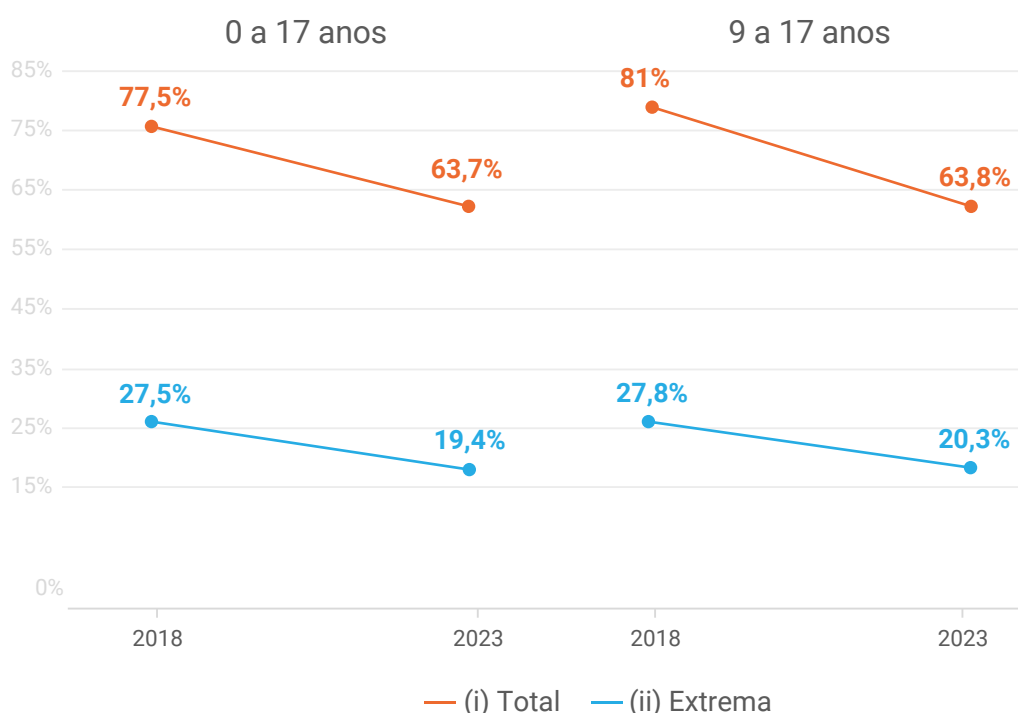
As linhas mostram disparidade evidente entre as raças: crianças e adolescentes negros enfrentam consistentemente maiores taxas de insegurança alimentar, em ambos os níveis, em comparação às brancas. Em 2018, foi alarmante o pico de insegurança alimentar geral em meio a crianças e adolescentes negros, que atingiu 58,4% – uma taxa significativamente mais alta do que aquela observada entre crianças e adolescentes brancos no mesmo ano (39,9%). Embora as taxas para ambos os grupos tenham apontado redução em 2023 quando comparadas aos picos anteriores, em termos de insegurança alimentar grave a tendência mostra também níveis consistentemente mais altos em meio a crianças e adolescentes negros – essa população continua a enfrentar

insegurança alimentar grave e geral em taxas substancialmente mais altas, ilustrando a necessidade de políticas focadas na redução de desigualdades raciais significativas no acesso a direitos básicos, como é a alimentação.

O Gráfico 21 apresenta o percentual de crianças e adolescentes de zero a 17 anos e de nove a 17 anos com alguma forma de privação em 2018 e 2023, considerando Segurança Alimentar como uma dimensão, e excluindo Trabalho infantil. Observa-se um aumento significativo quando se inclui a dimensão Segurança Alimentar. Em 2018, para a faixa etária de zero a 17 anos, o percentual total de privações foi de 77,5%, percentual que caiu para 63,7% em 2023. Na faixa etária de nove a 17 anos, o percentual começou em 81%, em 2018, e caiu para 63,8%, em 2023, indicando uma melhora, embora ainda se verifique alta prevalência de privações.

Gráfico 21

Crianças e adolescentes com alguma privação
(sem trabalho infantil e com segurança alimentar)



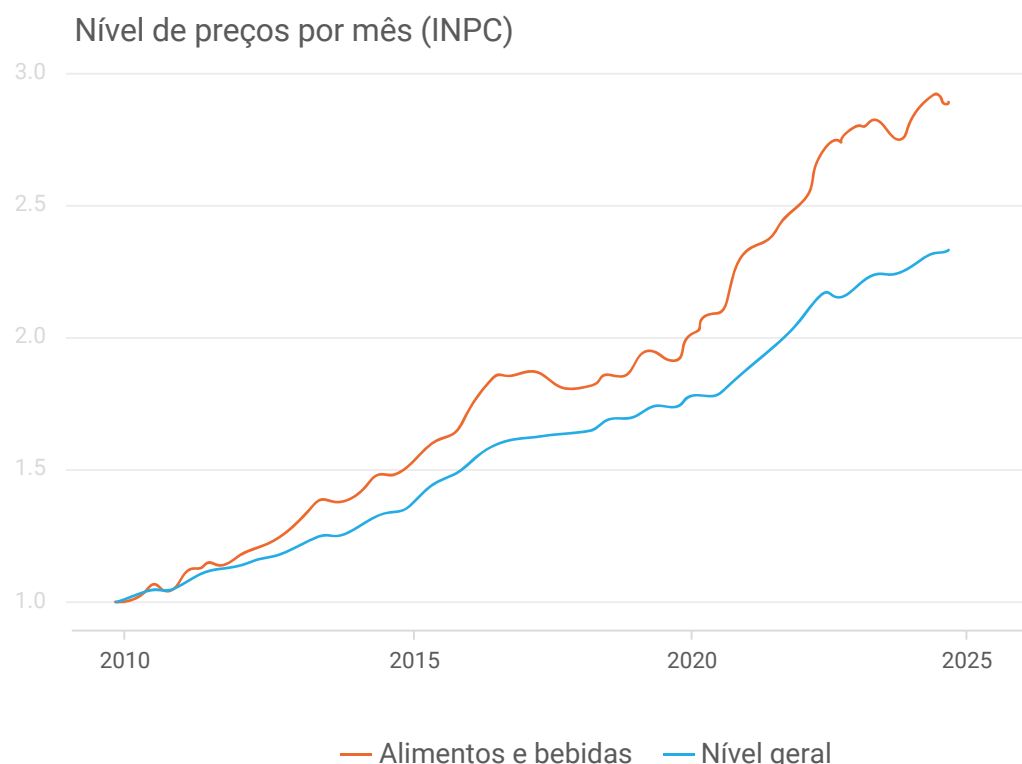
Fonte: Elaboração própria com dados da POF 2017/18, PNADC Anual 2022 e PNADC 4º Trimestre de 2023.

Ao focar na privação extrema, verifica-se de 2018 a 2023 uma queda de 27,5% para 19,4% na faixa de zero a 17 anos; e de 27,9% para 20,3% na faixa de nove a 17 anos. A inclusão da insegurança alimentar aumenta o percentual de privações severas entre dois e três pontos percentuais em ambos os grupos e em ambos os anos. No entanto,

quando considerada a insegurança alimentar, a redução das taxas totais de privação de 2018 para 2023 sugere uma diminuição considerável especificamente nessa dimensão, demonstrando avanços significativos no combate a esse problema, mesmo quando a prevalência geral ainda é alta. Essa constatação ressalta que, embora a insegurança alimentar seja um problema prevalente, e embora influencie significativamente as estatísticas de privações, as intervenções nesse período foram efetivas no sentido de reduzir sua incidência.

O Gráfico 22 a seguir mostra a evolução dos preços gerais e dos preços de alimentos e bebidas no Brasil, medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de setembro de 2009 a setembro de 2024. Ambas as curvas, representando o nível geral de preços e o específico de alimentos e bebidas, exibem uma tendência de crescimento constante ao longo do período. No entanto, os preços de alimentos e bebidas aumentam a uma taxa mais acelerada em comparação com o nível geral de preços, especialmente a partir de 2020.

Gráfico 22



Fonte: Elaboração própria com dados da SNIPC (IBGE).

As diferenças nas taxas de crescimento entre os preços gerais e de alimentos aumentam com o passar do tempo: 9,7% em 2013, 10,8%, em 2018, alcançando 23,9%, em 2023. Esse fenômeno pode estar por trás do porquê de a insegurança alimentar continuar tão prevalente, apesar dos aumentos na renda do trabalho e das transferências de renda durante o período. O custo crescente dos alimentos impõe às famílias um fardo significativo, especialmente na faixa de baixa renda, dificultando o acesso regular e adequado a uma alimentação nutritiva e suficiente.



Conclusão

O Relatório de Pobreza Multidimensional Infantil 2023 do UNICEF oferece uma análise abrangente e uma visão crítica da situação de crianças e adolescentes no Brasil entre 2017 e 2023. Apresentando um panorama de progresso em várias dimensões fundamentais, o Relatório evidencia uma redução notável na proporção de crianças e adolescentes que enfrentam privações – de 62,5%, em 2017, para 55,9%, em 2023. Essa melhora foi impulsionada principalmente pelas dimensões Informação e Renda, beneficiadas por políticas públicas eficazes, e pelo aumento das transferências de renda, contribuindo para amenizar as condições de pobreza.

No entanto, apesar desses avanços, o Relatório destaca também áreas críticas nas quais houve deterioração, principalmente as da Educação e do Trabalho Infantil. Na dimensão educacional, houve um aumento preocupante no analfabetismo, especialmente marcante entre as crianças que sofreram interrupções em sua educação durante a pandemia de COVID-19. Em 2023, cerca de 30% das crianças entre sete e oito anos de idade foram classificadas como não alfabetizadas – um aumento significativo em relação aos 14% registrados em 2019. Essa tendência revela o impacto duradouro das dificuldades enfrentadas durante o período de fechamento das escolas ou do ensino remoto, incluindo acesso limitado a recursos educacionais e suporte pedagógico adequado.

Análises mais detalhadas sobre a dimensão educacional revelam que as disparidades aumentaram significativamente após a pandemia, e permaneceram elevadas em 2023. Crianças de famílias de baixa renda, pretas/pardas e moradoras de áreas rurais foram desproporcionalmente afetadas. Essas disparidades indicam que os impactos negativos da pandemia na Educação não foram distribuídos uniformemente, afetando mais severamente os grupos já vulneráveis.

Além disso, embora tenha registrado uma melhora em relação a 2018, a insegurança alimentar ainda afeta grande parcela do conjunto de crianças e adolescentes. Este problema é exacerbado pelo aumento significativo dos preços dos alimentos, que superou o aumento dos preços gerais, tornando a alimentação um desafio considerável para muitas famílias, especialmente as de baixa renda. Em 2023, a disparidade entre os preços gerais e os preços de alimentos e bebidas atingiu 23,9%, o que demonstra que o aumento do custo de vida tem impacto direto sobre a segurança alimentar.

Adicionalmente, as análises regionais revelam desigualdades persistentes, com estados das regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de privação. Em alguns desses estados, mais de 80% das crianças ainda vivem em condições de privação de direitos básicos, o que destaca a necessidade de políticas específicas que abordem as peculiaridades e os desafios dessas áreas. Nas regiões rurais, crianças e adolescentes convivem também com privações significativas relacionadas ao Saneamento. Adicionalmente, a situação de crianças e adolescentes pretos e pardos é pior do que a de crianças e adolescentes brancos para todas as dimensões, especialmente Renda e Educação.

Portanto, embora mostre uma tendência geral de melhora, o Relatório chama atenção também para a necessidade de persistir no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas multifacetadas, assim como de políticas específicas para grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Além de focar na redução da pobreza monetária, essas políticas devem garantir também acesso igualitário e de qualidade a serviços básicos, tais como educação, saúde e nutrição, para que todas as crianças e todos os adolescentes no Brasil possam viver livres de privações múltiplas.

Referências Bibliográficas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança Alimentar 2023**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>>.

UNICEF Brasil. (2023). **Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/22676/file/multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil.pdf>>.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Programa Alimentar Mundial (WFP) & Organização Mundial da Saúde (OMS). (2024). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024**. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cd1254en>>.



